

**Definições dos conteúdos do manual de História da 7.<sup>a</sup> classe do I Ciclo do ensino angolano: proposta da construção de um glossário, numa perspetiva didático-pedagógica.**

**Flávio Jorge de Oliveira dos Santos**

**Trabalho de Projeto**

**Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística,  
Área de especialização: Consultoria e Revisão Linguística**

**Junho, 2019**

**Definições dos conteúdos do manual de História da 7.<sup>a</sup> classe do  
I Ciclo do ensino angolano: proposta da construção de um  
glossário, numa perspetiva didático-pedagógica.**

**Flávio Jorge de Oliveira dos Santos**

**Trabalho de Projeto**  
**Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística,**  
**Área de especialização: Consultoria e Revisão Linguística**

**Junho, 2019**

## **[Declaração]**

Declaro que este Trabalho de Projeto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, ... de ..... de .....

Declaro que esta dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Consultoria e Revisão Linguística, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Matilde Gonçalves.

## **Dedicatória**

Dedico à Dadinha (esposa), ao Wamy, à Márcia, à Weza (filho e filhas) e aos meus pais, António dos Santos e Maria Francisco de Oliveira (*in memoria*).

## **Agradecimentos**

Agradeço à MZAMBI MPUMGU, pela espiritualidade, pela força intelectual e física concedida até ao momento final desta formação.

Agradeço a minha orientadora, Matilde Gonçalves, pelo incentivo demonstrado, atenção, carinho e o apoio moral. Por me ter despertado o interesse no estudo dos textos e olhar além dos aspetos linguísticos.

Agradeço a Direção e ao corpo docente do Curso de Ciências da Linguagem.

Agradeço a minha família, amigos, colegas e todos que apoiaram de forma direta ou indireta este percurso.

Agradeço ao Ministério da Educação de Angola, particularmente à Coordenadora da Comissão Multisectorial pelo apoio e materialização deste projeto de formação.

Agradeço à Direção do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE).

Por fim, agradeço às pessoas que são a razão da minha existência enquanto ser pensante e espiritual: “eu sou porque vocês são, UBUNTU”. Muito obrigado, acredito que vos mencionar seria esvaziar o significado da vossa influência ao longo desta trajetória e daquilo que vocês refletem e representam em mim.

NGASAKIDILA, UBUNTU...

**Definições dos conteúdos do manual de História da 7<sup>a</sup> classe do I Ciclo do ensino angolano: proposta da construção de um glossário, numa perspetiva didático-pedagógica.**

**Flávio Jorge de Oliveira dos Santos**

**Resumo**

**PALAVRAS – CHAVE:** glossário, género textual, manual de ensino, Angola, linguística, relações intertextuais.

Neste trabalho de projeto estudou-se o manual de História da 7.<sup>a</sup> classe do ensino angolano, particularmente o glossário que o manual comporta. Partiu-se do pressuposto de que o género textual glossário e as suas práticas sociais não estão totalmente parametrizadas. Desta feita recorreu-se à definição de género, enquadrada na linguística do texto e do discurso, no sentido de institucionalizar a atividade discursiva deste género e facilitar a análise do trabalho. Por se tratar de um género incluído, a análise dos termos nos diferentes espaços do manual (epitexto e peritexto) foi feita mediante as relações intertextuais propriamente a paratextualidade. Uma vez que o trabalho de projeto é realizado no âmbito da Consultoria e Revisão Linguística, a sua materialização igualmente dependeu dos instrumentos de normalização linguística. Detetou-se inconformidades no glossário relativamente à situação de comunicação, à contextualização entre os espaços peritextual e epitextual, à mudança da classe das palavras e outras. Consequentemente, em forma de contribuição desenvolveu-se uma planificação da organização textual do glossário melhorando alguns elementos deste instrumento do manual em estudo. Na conclusão do projeto adiantaram-se algumas recomendações ao órgão de tutela da produção dos manuais de ensino em Angola.

## Summary

**KEY WORDS:** glossary, textual genre, teaching manual, Angola, linguistics, intertextual relations.

In this project, it was studied the History handbook of the 7<sup>th</sup> Grade of the Angolan Education System, particularly the glossary that the manual contains. It was assumed that the glossary textual genre and its social practices are not fully parameterized. We therefore resorted to the definition of genre, fallen within the scope of linguistics of the text and discourse, in the sense of institutionalizing the discursive activity of this genre and facilitate the analysis of the work. Since it is an included genre, the analysis of the words in the different spaces of the manual (epitext and peritext) was made through inter-textual relations, specifically paratextuality. Since the project is carried out within the scope of the Linguistic Revision and Consultancy, its materialization also depended on the linguistic standardization instruments. It was detected non-conformities in the glossary regarding the communication situation, the contextualisation between the peritextual and epithetual spaces, the change of the words categories and others. Consequently, in the form of contribution, it was developed a planning framework of the glossary textual organization, this improving some elements of the tool of the manual under study. At the conclusion of the project, some recommendations were made to the body responsible for producing the teaching manuals in Angola.



## Índice

[Declaração] .....	i
Dedicatória .....	iii
Agradecimentos .....	iv
Resumo .....	v
Summary .....	vi
Introdução .....	1
CAPÍTULO I – Enquadramento Teórico .....	4
1.1. Noção de género textual .....	4
1.1.1. O glossário como género textual .....	6
1.1.2. Elementos para definição do género glossário .....	8
1.2. Construção da referência discursiva .....	10
1.3. Esquematização discursiva ou grau zero da planificação .....	12
CAPÍTULO II – Análise e descrição do Manual de História do I Ciclo do Ensino secundário de Angola .....	18
2.1. Breve história da produção dos manuais de ensino em Angola .....	18
2.1.1. A fase pós-independência .....	18
2.1.2. Os manuais do ensino cessante .....	20
2.1.3. Os manuais da Reforma Educativa em Angola .....	21
2.2. Descrição e análise do <i>corpus</i> .....	22
2.2.1. Descrição do manual .....	23
2.2.2. Análise do manual de ensino .....	26
2.2.3. Análise das definições dos termos no glossário .....	27
2.2.4. Apresentação dos resultados da análise do glossário .....	36
CAPÍTULO III – A Proposta da Construção de um Glossário .....	45
3.1. Características e função dos Glossários .....	45
3.1.1. Características do Glossário .....	45
3.1.2. Função do Glossário .....	47
3.2. Proposta de um Glossário .....	47
Conclusão .....	58
Referências Bibliográficas .....	60
Anexos .....	i

## Índice de quadros

<b>Esquema da organização textual</b> .....	17
<b>Quadro 1</b> – Glossário dos termos e sua ocorrência no manual de História .....	29
<b>Quadro 2</b> – Termos não localizados no manual, mas presentes no Glossário.....	37
<b>Quadro 3</b> – Termos do Glossário com diferentes classes gramaticais de palavras .....	39
<b>Quadro 4</b> – Diferentes aceções apresentadas por um termo .....	42
<b>Quadro 5</b> – Proposta do Glossário para o manual de História da 7. <sup>a</sup> classe do I Ciclo ....	48

## Introdução

O trabalho visa analisar as definições dos conteúdos do manual de História da 7.<sup>a</sup> classe I Ciclo, tendo presente o Glossário. Trata-se de um estudo de análise e descrição desenvolvido no âmbito do curso de Consultoria e Revisão Linguística. Por esta razão o presente projeto tem a finalidade de contribuir para o melhoramento da organização e planificação textual de um glossário tendo em conta as práticas sociais pelo qual esta atividade está inscrita. Optou-se por este manual devido à limitação da descrição dos conceitos ligados a esta disciplina, que compõem o glossário do manual, e pela condição de ser professor desta disciplina. Uma vez que as definições nos manuais de ensino devem ser apresentadas com a missão de instruir, informar, formar e orientar os professores e os alunos de forma objetiva sobre determinada temática, as definições no glossário devem obedecer ao mesmo princípio e ademais servir para dar respostas aos termos e às palavras que estão no desenvolvimento dos textos. Assim, pode-se afirmar que o principal objetivo de um glossário é especificar termos e expressões pouco ou mal conhecidas de natureza técnica.

Os manuais e os glossários desempenham a função de sistematização do conhecimento dos seus maneja-dores. É importante que a construção de um glossário não acarrete inconsistência na descrição dos termos técnicos, falta de coerência e articulação, bem como de conteúdo em alguns elementos e não uniformização entre as unidades concorrentes nos textos.

Em função da experiência nas aulas de História, enquanto professor desta disciplina, fez-se um estudo aprofundado nas definições e conteúdos do *corpus* em estudo e foram detetados alguns problemas na definição dos conteúdos do manual. Nesse sentido, acredita-se ser essencial trazer este material, com vista a serem estudados na vertente linguística, recorrendo à esquematização discursiva Jean Michel Adam (1999) e Grize (2004) e a construção de uma representação discursiva Adam (2008) e com intuito de melhorar a qualidade do glossário, objeto de estudo do presente trabalho e dos glossários nos manuais escolares em Angola, em geral.

A análise é pertinente, no sentido de que a produção deste material de ensino em Angola passou por três vagas de produção, designadamente, o pós independência no ano de

1977, em 1991 consequência do término da guerra-fria e em 2009, resultado da Reforma Educativa do ensino em Angola.

Por isto, irá estudar-se o manual e o glossário que este comporta no sentido de ver como estão expostas as definições ao longo dos textos, do ponto de vista linguístico e organizacional, bem como ao nível da coerência e da precisão desse mesmo glossário na compreensão dos manejaadores deste instrumento de ensino.

### **Objetivos do estudo**

O *corpus* é constituído pelo manual de História da 7.<sup>a</sup> classe do I ciclo do ensino da República de Angola. Este material será analisado e concomitantemente o respetivo glossário, no sentido de observar se as definições e o conteúdo obedecem a critérios de boa formação linguística e textual dos glossários e se o seu propósito comunicativo se adequa às práticas instituídas pelo género glossário. Para tal, far-se-á recurso a pesquisa qualitativa, em que consistirá na interpretação dos diferentes materiais e documentos que suportarão a pesquisa bibliográfica e documental. Fundamentalmente, será primado um estudo dos materiais existentes e o *corpus* do trabalho, com vista à obtenção de resultados pertinentes e com posterior aplicação.

O trabalho irá ser desenvolvido com base nos métodos analítico e descritivo, partindo da análise e descrição dos termos nos segmentos de textos do manual e do glossário e, com o intuito de trazer contribuições e recomendações valorativas para o presente instrumento de ensino e para a instituição (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação), que tem a missão de produzir estes materiais. De acordo ao exposto anteriormente, os objetivos são os seguintes:

#### **Gerais:**

- Analisar as definições do manual de História e sua relação com o glossário;
- Melhorar o glossário com base na análise do *corpus* do trabalho.

### **Específicos:**

- Identificar no manual de História do I Ciclo, no qual vai ser estudado a problemática das entradas previstas nos glossários, se são definidas simplesmente no âmbito do português ou são definidas do ponto de vista técnico e histórico;
- Assinalar a inconsistência das definições apresentadas no manual de História;
- Comparar a eficiência das definições do manual e do glossário na qualidade do ensino, isto é, entender até que ponto facilita ou não a compreensão dos seus maneja-dores.

Os objetivos, acima apresentados, vão obedecer ao seguinte plano de estudo. Na primeira parte será desenvolvida a noção de género textual e observar as condições do glossário enquanto género e logo em seguida apresentar-se-ão os instrumentos linguísticos a serem utilizados para levarmos a cabo a presente análise, designadamente a construção da referência discursiva, desenvolvida por Jean Michel Adam (2008) e a esquematização discursiva, que tem como precursores Adam (1999) e Grize (2004). Na segunda parte, o estudo centrar-se-á numa incursão histórica na produção dos materiais de ensino em Angola do período pós-independência até a atualidade, isto é caracterizar e descrever as definições que os manuais e os glossários comportam e depois compará-las e apresentar os resultados desta análise. Por último, vamos avançar uma proposta para construção de um glossário, observando outros instrumentos similares que possam facultar os elementos basilares na construção de uma proposta mais eficiente e possa servir e facilitar o aprendizado do ensino da História nesta classe.

Pretende-se que os resultados e recomendações da presente pesquisa sirvam de guia ou linha orientadora para o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) encarregue na produção dos manuais de ensino em Angola.

## **CAPÍTULO I – Enquadramento Teórico**

### **1.1. Noção de género textual**

Os textos não podem ser classificados e analisados somente do ponto de vista linguístico, é necessário observá-los enquanto elementos comunicativos e de interação social entre quem os produz e a quem são destinados. É a partir desta ideia que se analisam os géneros textuais como sendo categorias externas à produção dos textos, contudo necessárias à boa formação textual. A noção de género textual entre os linguistas não parece ser consensual; nesse sentido, antes de tecer a temática que trata o glossário enquanto género textual, apresentar-se-ão, resumidamente, algumas teorias defendidas por alguns autores sobre o conceito de género textual, a sua composição tendo em conta o tipo de linguagem utilizado para o seu funcionamento e caracterização das atividades (socioculturais) de linguagem.

A noção de género textual tem merecido diversos debates por parte dos autores que tratam esta temática, isto porque a sua noção é fortemente associada a sinonímia dos tipos de textos, é importante distinguir o conceito de género textual com os tipos de texto, uma vez, que o seu conceito vai para além daquilo que são as tipologias de texto.

O género textual pode atuar nos tipos de textos como modelo de comunicação, no sentido de orientar o indivíduo para uma determinada direção. A comunicação é um elemento frequente nas práticas sociais de linguagem, que consequentemente origina uma série de usos linguísticos. Partindo deste princípio Rastier (1989:278), define o género tendo em conta:

1. Situação de comunicação, enquanto circunstância do uso da língua, determinada por uma prática social;
2. Tipo de discurso, enquanto prática linguística codificada, associada a um determinado tipo de prática social (por exemplo, o discurso político, jurídico ou médico);
3. Conjunto de prescrições que regulam diferentes possibilidades para um mesmo tipo de discurso, correspondendo à diferenciação de práticas que pode ocorrer no

quadro de uma prática social (por exemplo, o resumo de observação, o artigo científico e a carta ao colega, no quadro do discurso médico);

4. Texto, enquanto sequência linguística inevitavelmente determinada, em termos de produção ou de interpretação, por regulações de género, determinado este, por sua vez, por um tipo de discurso.

É necessário entender que num determinado texto podem estar evidenciados diversos géneros textuais, assim, não podem ser entendidos como modelos estáticos, mas como formas alteráveis consoante o tempo, tal como afirma Bronckart (1996:78):

Dada a maleabilidade que os caracteriza - e pela qual se deixam continuamente reformular e multiplicar, os géneros de texto não podem ser objeto de uma classificação estável. Na sua constituição entram segmentos que se podem diferenciar através de características linguísticas estáveis, e que constituem um conjunto limitado (permitindo por isso mesmo as probabilidades ilimitadas dos géneros). São estes segmentos que ele designa como discurso-considerando ainda que, pela forte regularidade linguística que os caracteriza, se trata de tipos de discurso.

O género textual representa a fonte do plano de estruturação dos textos, é a partir dele que se parte para a organização textual, dado que este conceito é entendido como mais abrangente relativamente à noção que se tem das tipologias textuais,

O género textual é uma atividade sociodiscursiva aberta que serve de modelo nas situações comunicativas e sociais, características de cada altura, pelo que se apresenta como bastante estável, ou seja, está ligado às práticas discursivas, conteúdos, estilo, propósitos enunciativos tendo em conta o público a que se destinam os textos (Bakhtin,1979; 1984).

Adam (1997: 670) afirma que os géneros são construções sociais e é neste sentido, aliás, que se pode verificar a existência de um sistema de géneros partilhado por uma dada comunidade sociodiscursiva. Além disso, cada género surge no quadro de uma prática social, o que implica que o estudo desta categoria exige a consideração primeira do âmbito discursivo associado a tal prática.

O género textual, contrariamente ao tipo de texto, é tido como um modelo social e interativo independentemente da área em que estiver descrito. Importa realçar que nem sempre os textos congregam as mesmas similitudes relativamente ao género. É, de facto, comum um texto classificado como pertencente a determinado género comportar no seu desenvolvimento características pertencentes a outros géneros. Assim, num manual de ensino, que é o *corpus* do trabalho, distinguem-se diferentes textos e géneros, mas os mesmos podem ser identificados numa determinada categoria sociodiscursiva, pelo facto desta atividade discursiva se apresentar em maior predominância no decorrer do manual.

### **1.1.1. O glossário como género textual**

O glossário, enquanto, veículo sócio comunicativo visa esclarecer e reavivar a ideia dos indivíduos sobre determinadas palavras de uma área especializada. Normalmente, o glossário aparece como apêndice no final de um manual. A sua presença no manual visa desmistificar as palavras que não ficaram bem claras anteriormente no ato da leitura. Isto é, partindo da ideia que se constroem glossários visando facilitar a compreensão dos seus maneiradores sobre determinado termo incomum e auxiliar o entendimento do conteúdo de um termo. Acredita-se, que o destinatário, ao manusear um glossário, visa ver disponível e facilitada a recuperação do conteúdo temático (ou do tópico) que possivelmente não compreendeu no momento da leitura de um texto ou manual. É importante, que ao produzir este instrumento seja definida como devem estar disponíveis os seus enunciados, de um ponto de vista lexicográfico ou de um ponto de vista terminológico e textual. Deste modo, vai-se demonstrar como está apresentada a palavra “glossário” em alguns instrumentos linguísticos:

a. Enciclopédia Verbo- vocabulário em que se dá a explicação de certos termos antigos ou pouco conhecidos de uma língua ou área. São, por isso, auxiliares preciosos dos estudos linguísticos, sendo frequente aparecerem, no final das obras de especialidade dos termos tratados, e também no final de uma edição clássica, relativamente ao vocabulário do texto, Editorial verbo (1999:3948);

b. Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube - catálogo de palavras pouco conhecidas ou desusadas, com definição ou explicação de cada uma delas. Dicionário especificamente destinado a termos técnicos, Soares (1996:672);



c. Grande Dicionário da Língua Portuguesa - dicionário em que se dá a explicação de palavras pouco conhecidas ou de sentido obscuro. Qualquer dicionário de termos técnicos, poéticos e outros fora do uso comum, Machado (1991:235);

d. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa - reunião na parte final de um manuscrito ou coligida num volume próprio de anotações, antes interlineares, sobre o sentido de palavras antigas ou obscuras encontradas nos textos. Dicionário de palavras de sentido obscuro ou pouco conhecido. Conjunto de termos de uma determinada área do conhecimento e os seus significados. Pequeno léxico agregado a uma obra, principalmente para esclarecer termos pouco usuais e expressões regionais ou dialetais nele contido Houaiss (2003:1893);

e. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea - obra em que se dá a significação de um determinado conjunto de palavras pertencentes a um vocabulário de emprego menos usual, actual<sup>1</sup>, claro, obra de vocabulário especializado. Vocabulário ou lista de palavras, ordenadas alfabeticamente, que figura como apêndice a uma obra, um texto ou outro, com o sentido ou significado, Academia das Ciências de Lisboa (2001:1904).

De acordo com as definições avançadas, e daquilo que se pretende verificar nos glossários, são notáveis duas posições concernente a definição do glossário, por um lado, estes instrumentos apresentam a definição de glossário como simplesmente o significado, vocabulário e léxico das palavras do ponto de vista lexicográfico e, por outro lado, os outros instrumentos apontam as definições baseando-se no desenvolvimento de especialização do termo de uma determinada área da ciência (terminológica). Tendo em conta o seu propósito comunicativo, saber como é que os enunciados devem estar disponibilizados no glossário, uma vez que o propósito é esclarecer certos termos anteriormente confusos, o mesmo deve ser desenvolvido de um ponto de vista terminológico, e sendo um género deve, também, responder a critérios textuais e genológicos. Em virtude da sua atividade discursiva, é importante que os enunciados do manual não sejam simplesmente apresentados sobre o léxico ou significado das palavras, mas sim comportem uma definição terminológica e especializada sobre os enunciados no glossário.

Em suma, nas definições acima, observa-se a homogeneidade na ideia da definição de glossário., Entendido como um meio ou instrumento, visa esclarecer os seus consulentes sobre palavras de difícil compreensão de uma determinada área. Normalmente surge como apêndice no final de um manual ou texto e é recorrente ser definido como sendo um

---

<sup>1</sup> Grafia do dicionário.

dicionário técnico. É notório, pelas definições consideradas, que o glossário é um instrumento comunicativo social e o texto pertencente a esse gênero opera num domínio instrutivo/educativo, pois visa instruir e esclarecer os seus manejadores sobre determinada palavra ou conjunto de palavras de uma área específica da ciência.

### **1.1.2. Elementos para definição do gênero glossário**

A abordagem do gênero textual glossário ainda não está totalmente parametrizado, de facto a sua atividade sociodiscursiva tende a confundir-se com outros campos de atividade discursiva, razão pela qual gera alguma dificuldade em descrevê-lo. Por isto, decidiu-se desenvolver as noções de gênero textual e glossário, no sentido de identificar e conceptualizar os elementos que caracterizam o gênero textual glossário. O glossário na condição de instrumento específico à uma determinada área, tende a comunicar e a inferir uma mensagem para um determinado grupo restrigido que o consultam. O glossário é considerado gênero textual pelas condições da sua atividade social e de comunicação, e no caso particular o seu domínio instrucional/educacional. Segundo Bronckart, o conhecimento genérico que permite convocar um gênero desde que este se ajuste à situação de comunicação: conhecer um gênero de texto também é conhecer suas condições de uso, sua pertinência, sua eficácia ou, de forma mais geral, sua adequação em relação às características desse contexto social (2012: 48). Na esteira do que foi apresentado anteriormente, a definição de glossário e a sua função social enquadram-se naquilo que é a definição de gênero textual, uma vez que o mesmo atende um determinado propósito de comunicação.

O gênero glossário, tal como perspectivam Schneuwly e Dolz (2004:75) para definir um gênero como suporte de uma atividade de linguagem, aponta três dimensões essenciais:

- a) Os conteúdos e os conhecimentos que se tornam dizíveis por meio dele;
- b) Os elementos das estruturas comunicativas e semióticas partilhadas pelos textos reconhecidos como pertencentes ao gênero;
- c) As configurações específicas de unidades de linguagem, traços, principalmente, da posição enunciativa do enunciador e dos conjuntos particulares de sequências textuais e de tipos discursivos que formam sua estrutura. O gênero, assim definido, atravessa a heterogeneidade das práticas de linguagem e faz emergir toda uma série

de regularidades no uso. São as dimensões partilhadas pelos textos pertencentes ao género que lhe conferem uma estabilidade de facto (Schneuwly e Dolz; 2004:75).

Em conformidade com os autores, o presente género textual obedece a determinado propósito comunicativo. Assim, os textos produzidos nesta esfera seguem uma organização textual que é típica da convencionalidade da sua comunicação social.

Segundo van Dijk e Kintsch (1983) cada atividade profissional tem o seu próprio uso da língua e gera produções semelhantes, quer ao nível estrutural, quer em termos lexicais, uma vez que as atividades estão vinculadas a um domínio semântico.

O género glossário dá lugar a discussão entre diferentes géneros que se assemelham na sua atividade discursiva, são os casos referentes aos discursos lexicográficos e terminológicos em que ambos os géneros têm o mesmo propósito comunicativo (os seus textos visam elucidar os interlocutores), porém revelam situações de comunicação específicas diferentes. Geralmente, o género glossário caracteriza-se pela sua posição no espaço periférico do manual, comportando uma componente de interligação com diferentes textos em que coabitam outros géneros. São casos de alguns livros que, além da constituição dos textos que os formam, estão compostos por alguns de carácter paratextual, tal como afirma Genette (1997:1) um texto torna-se um livro por meio do paratexto. Refere-se a dois espaços do texto: o espaço peritexto – refere-se ao espaço periférico ao texto, embora dentro do mesmo volume; e o espaço epitexto – onde circulam textos externos ao volume.

O género glossário deste manual de ensino, comparativamente aos segmentos de textos do manual, aparece no espaço peritextual, isto é, contribuindo fundamentalmente com mais informações para melhor interpretação do produto textual (cf. Genette 1997).

Introduz-se o estudo da paratextualidade no sentido de entender que o género glossário pode funcionar como género in(ter)dependente, embora seja considerado um género incluído, como sublinha Rastier (2012:323-325), segundo o qual existem géneros autónomos, ou géneros que não dependem de outros para assegurar a sua existência mas, quando integrados num género principal, assumem o estatuto de género incluído.

O género glossário, na condição de género incluído, visa conceber o seu texto mediante a relação textual com os demais géneros em concorrência no manual, isto é, dando suporte textual aos segmentos de textos do manual por via de informações adicionais que ajudem a uma melhor interpretação dos termos no espaço principal.

Em suma, o gênero textual glossário atua no domínio discursivo instrucional (educacional), visto que os textos neste campo têm o objetivo de esclarecer o significado dos léxicos e terminologias de uma área específica. É importante, aferir que este gênero textual não é completamente estável, atendendo que no seu domínio discursivo entrelaçam-se o discurso lexicográfico e terminológico. É igualmente considerado um gênero interdiscursivo por ser conhecido pela interdisciplinaridade e interligação textual em que a sua atividade discursiva pode ocorrer, sendo assim um instrumento que pode servir as várias comunidades profissionais.

## **1.2. Construção da referência discursiva**

A construção da referência discursiva representada como um dos instrumentos principais da semântica a nível da análise de textos é retomada aqui, no sentido de perceber como é que se apura a construção dos propósitos enunciativos tendo em conta o paradigma da interação discursiva produzida pelos indivíduos na sociedade. Uma vez, que os textos não são somente entendidos tendo em conta o âmbito linguístico, a referência é processada mediante diversos parâmetros extralinguísticos, nomeadamente a situação da comunicação, os intervenientes, o contexto sociocultural, entre outros. Quer dizer, construir uma referência discursiva, significa categorizar os referentes do universo discursivo. Partindo desta ideia, Lucelio Aquino (2012:3) situa o valor descritivo e aponta a relação entre tema e predicação como sendo a forma prototípica de manifestação desta referência. Constroem-se as referências discursivas nos enunciados, mediante signos linguísticos e marcas discursivas próprias com o intuito de influenciar a comunicação e simplificar a compreensão do leitor ou do interlocutor, isto é, a envolvimento do interlocutor no microuniverso do enunciador mediante as pistas semânticas (referentes e predicadores). Neste diapasão, Adam (2008:113 e 114) refere que toda proposição enunciada possui um valor descritivo, a atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável. Esse microuniverso semântico apresenta-se, minimamente, como um tema ou objeto de discurso posto e o desenvolvimento de uma predicação a seu respeito. Pretende-se dar a entender que a linguagem faz referência a todo o texto como sendo uma proposição do universo discursivo e solicita do interpretante (auditor ou interlocutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou referência discursiva. A atividade discursiva apresentada no enunciado é um produto do

conhecimento universal do enunciador, quer dizer que a construção da referência discursiva não é um simples produto dos signos linguísticos, mas sim, resultado do estímulo dos sentidos do interlocutor por meio das marcas semânticas na comunicação social, com vista a criar o sentido do leitor na interpretação do microuniverso discursivo, correspondendo ao que Adam (2008) sublinha quando menciona que todo o texto é uma proposição do mundo.

A construção da referência discursiva é entendida na presente pesquisa, nomeadamente, no campo da atividade sociodiscursiva no qual o locutor objetiva oferecer um valor descritivo ao texto no sentido de ser melhor compreendida e comunicável um dado enunciado pelo interlocutor. O locutor tem a missão de construir uma atividade de linguagem, o leitor passa ser parte de um microuniverso apresentado pelo enunciador. A referência discursiva é a explicação das importâncias semânticas e sintáticas de um determinado apresentador para o processamento do interlocutor. Para Adam (2011:113), a referência discursiva é responsável pela união, descrição e caracterização de elementos imprescindíveis no constructo textual, a saber, o locutor, o enunciador, o interlocutor, ouvinte-leitor e os temas abordados num contexto concreto de uso da linguagem. Toda a proposição enunciada possui um valor descritivo. A atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável. A construção da referência discursiva fornece balizas bem definidas para interpretação do interlocutor sobre determinados signos linguísticos bem localizados no discurso, visto, que o enunciador fornece as condições exigidas e valorativas para a devida interpretação do discurso mediante os elementos reais em referência. Rastier (1994:19) afirma que a referência não diz respeito a uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não linguística da prática em que ele é produzido e interpretado (*apud*. Mondada e Dubois, 2003: 20). Face a isto, pode-se dizer, que a interpretação da referência linguística é o conhecimento do mundo na ótica de um determinado indivíduo.

Deste modo, a referência discursiva é construída no intuito de começar um percurso de valores e não como um valor isolável. Ademais, o universo da referência não deve ser constituído enquanto uma unidade isolada do conhecimento, mas o universo de referência deve ser um conjunto de classes de conhecimento do mundo real ou irreal, que podem ou não existir na relação entre os homens dentro de uma determinada sociedade.

Por conseguinte, a construção de uma referência discursiva visa categorizar os signos linguísticos num determinado enunciado ou atividade discursiva. Elas são estritamente marcadas nos textos, o que implica despertar o sentido do interlocutor a ideia de construir ou reconstruir a proposição. Sobre isso, Adam (2011:114), afirma que:

É o interpretante que constrói a Referência discursiva a partir dos enunciados, em função de suas próprias finalidades (objetivos, intenções) e de suas representações psicossociais da situação, do enunciador e do mundo do texto, assim como de seus pressupostos culturais.

Deste modo, ao longo da construção de uma referência discursiva cabe ao interlocutor ou leitor a missão de (re)construir uma representação discursiva de uma organização textual através do conhecimento que detém do mundo. Contudo para que seja construída a referência discursiva, é importante despertar o sentido do leitor e possibilitar a construção ou não da representação discursiva, porquanto, é necessário que o contexto textual seja bem definido por intermédio das operações semânticas.

A referência discursiva é construída por via de operadores semânticos, que funcionam como marcas na facilitação da interpretação dos enunciados.

Em suma, estas são as categorias ou operações semânticas que permitem a construção de uma referência representativa a partir de um texto e mediante estas marcas lexicais e semânticas, que irão possibilitar a interpretação do universo discursivo por parte do interlocutor ou leitor, e que servirá de análise do *corpus* do presente trabalho, olhando, se realmente foi levado em conta os valores linguísticos e semânticos na construção e definição dos termos no glossário.

### **1.3. Esquematização discursiva ou grau zero da planificação**

O texto enquanto elemento sociocultural de comunicação entre os homens deve ser percebido mediante a categorização de um determinado número de operações e aqui pretende-se abordar especificamente a questão da planificação textual com intuito de tratar como se movimentam estes mecanismos, com vista, a facilitar ou não a interpretação do

interlocutor, entender essencialmente como se pode produzir atividades discursivas que podem ser interpretadas. Quer dizer, o locutor deve assegurar por meio de hipóteses de uma série de mecanismos linguísticos que os enunciados sejam realmente interpretáveis pelo interlocutor para tal tem de fazer recurso à planificação textual, isto é projetar os seus conhecimentos e ideias de forma organizada nos textos.

Deste modo, os estudos no quadro da Lógica Natural, que descreve as operações lógico-discursivas da situação de comunicação entre os sujeitos, permite realizar uma análise textual eficiente e oferece um número de ferramentas linguísticas que permitem fazer o estudo detalhado. A esquematização discursiva ou grau zero da planificação, defendida por Grize, tem o objetivo de planificar a organização textual de forma unidirecional enquanto elemento de comunicação. A esquematização discursiva surge em virtude da falta de capacidade dos habituais esquemas da comunicação em dar resposta a aquilo que é a complexidade do processo de interação sócio comunicativa entre os indivíduos.

A esquematização discursiva ou grau zero da planificação corresponde, segundo a definição de Caldes (2009:65), “a organizar, no contexto de uma situação comunicativa particular, o material verbal disponível e em uso num dado momento de utilização da língua”. Na esfera da noção de esquematização, enquanto prática social de comunicação entre os indivíduos, Bernárdez, situado na perspetiva da complexidade do fenómeno, mas enfatizando simultaneamente a sua dimensão cognitiva, define a comunicação linguística, enquanto um sistema complexo, dinâmico e aberto, o que significa que se trata de um conjunto de subsistemas em interação, que variam com o tempo e cuja dinâmica interna se altera pela influência do ambiente, (Bernárdez, 1995:136-150). Este planeamento do conteúdo dos textos pode ser produzido pelos recursos de progressão temática entre grupos de escritos ou por meio de processos de esquematização que não precisam de organizadores textuais que os interliguem.

A esquematização discursiva é resultado da interação sociodiscursiva entre os indivíduos na sociedade, na qual, objetiva a organização das ideias e planos textuais com objetivo de torná-las interpretáveis para quem vai ler. É perceptível aqui a preocupação de quem produz os textos, nos quais, procura entender quais foram os resultados ou os seus efeitos para o leitor. Neste mecanismo, existe uma manifesta relação entre o processo de produção das atividades discursivas e o resultado da mesma para os leitores, verifica-se a preocupação do autor com o plano composicional dos textos, tendo em conta o destinatário

a quem compete ler, perceber e entender os seus objetivos. Desta feita, Grize ( 1982, *apud* Caldes 2009:65) afirma que:

(...) si, dans une situation donnée un locuteur *A* adresse un discours à un locuteur virtuel *B* ( dans une langue naturelle), je dirai que *A* propose une “schématisation” a *B*, qu’il construit un micro-univers devant *B*, univers qui se veut vraisemblable pour *B*. Grize (1982:171)

Nesta afirmação, Grize procura atestar que a noção da construção de uma representação discursiva entre locutor *A* e interlocutor *B* (entendido como interlocutor virtual) mobiliza para um universo discursivo de *A*, pelo qual este construiu e objetivou as suas ideias julgando que *B* pode interpretar ou não o presente universo discursivo. E é aqui visível que a ideia de discurso/texto deve ser percebida, primeiro, enquanto processo e, segundo, enquanto resultado, em que *A* esquematiza para *B* com a finalidade deste último aprovar ou não a esquematização sugerida por *A*, isto é, trata-se do modo da interpretação ou não por parte de *B* da atividade discursiva a qual foi submetida por *A*, sendo que a esquematização percebida como resultado da atividade tem o objetivo de criar sentido nos interlocutores.

O processo comunicativo, de acordo com Caldes (2009:67), partindo do ponto de vista discursivo, refere que qualquer esquematização sugere a construção de três imagens possíveis: a imagem do locutor, interveniente na situação de comunicação; do tema do seu discurso; e do interlocutor (virtual ou não) ao qual se dirige. Em detrimento da afirmação, pode-se dizer que a esquematização tem um caráter seletivo e funcional. Primeiro, é seletivo no sentido de que quem constrói uma atividade discursiva deve optar, dentre muitas imagens, algumas adequáveis para a sua interação. Segundo, é funcional no sentido de que todo um universo discursivo é gerado para orientar e intervir o interlocutor para uma atividade discursiva.

A esquematização, na condição de processo de construção de uma representação discursiva, possibilita orientar a interpretação do interlocutor sobre um dado enunciado, como no caso do género glossário. Deste modo, a organização linguística e semiótica da planificação textual é realizada a partir de três diferentes planos, designadamente:



a. Plano das práticas sócio-comunicativas instituídas

Bronckart (2005:62) considera os géneros “como produtos de configurações de escolhas por entre as possíveis, aquelas que são momentaneamente cristalizadas ou estabilizadas pelo uso”, isto é, baseadas nas práticas sociais e comunicativas instituídas atuadas sob ponto de vista da língua. Neste plano, o locutor trabalha respeitando as práticas culturais e linguísticas estabilizadas entre os indivíduos na sociedade que garantem a composição caracterizadora do género a se denominar. As referências das representações são geradas a partir de diversos contextos de ideias dos temas da interação. Desta forma, para Caldes (2009:68) as representações são geradas em função de aspetos de ordem distinta a saber, de ordem referencial (ao nível do conteúdo temático habitualmente associado a um determinado género), comunicacional (em termos da forma de interação que o género visa estabelecer) e cultural (relativamente ao valor do uso desse género). Das ordens mencionadas poder-se-ia ainda acrescentar uma terceira, de ordem configuracional, na medida em que cada género está associado a um determinado modelo de texto.

Nesta ordem de ideias pode-se dizer, que a ideia de esquematização está limitada pelos aspetos sociais e textuais, o primeiro é derivado pela atividade social que ele convoca sendo necessário cumprir com o objetivo a que se propõe; e o segundo, em que se concretiza e, principalmente pelas marcações resultantes do plano de texto que estabelece na particularidade de pré-construído cultural.

b. Composição textual

Neste plano, o processo de esquematização está ligado ao objeto do plano configuracional do texto, isto é, observando a organização e as estruturas adequadas do objeto do texto.

Procede-se pela seletividade e organização dos signos linguísticos na construção de um determinado objeto ou enunciado com o objetivo de influenciar o sentido do interlocutor, gera-se um universo linguístico interpretável para o interlocutor. Por conseguinte, o locutor seleciona os elementos linguísticos prioritários e ideais para dar a ver no interlocutor e este por sua vez, constrói uma imagem mediante este universo. Como refere Grize, o locutor procura agir sobre o interlocutor procurando modificar diversas representações de determinado tema ou objeto, é o processo de ocultar e evidenciar o que convém ao locutor, constrói uma representação para o interlocutor tendo em conta as suas ideias e valores do mundo.

c. Situação comunicativa

É importante levar em conta, que o texto enquanto atividade discursiva comunicativa é influenciado pelas condições temporais e espaciais no seu desenvolvimento. Quer dizer, que o texto abarca todo um contexto sócio-histórico no seu desenvolvimento. Segundo Bronckart (1997:53), o momento e o lugar da produção são parâmetros que correspondem ao contexto físico, já que “todo o texto resulta de um comportamento verbal concreto situado nas coordenadas do espaço e do tempo”. A par destes dois elementos podem-se juntar outros aspetos atendendo à questão do suporte e da atividade discursiva que podem influenciar a ocorrência de diferentes esquematizações, dependentemente da organização do discurso, quer seja oral ou escrito.

Um outro aspeto, que tem que ver com a esquematização, é o plano da situação comunicativa, no qual é possível observar como os sujeitos são evidenciados na interação. Neste caso, a esquematização é marcada pela natureza psicossocial, no qual se reflete de que forma são concebidos os textos e como é que estes podem vir a ser interpretados, o locutor na organização de determinado enunciado, deve construí-lo tendo presente a imagem do interlocutor e este por sua vez, deve intervir no texto concebendo os valores expressos submetidos pelo locutor.

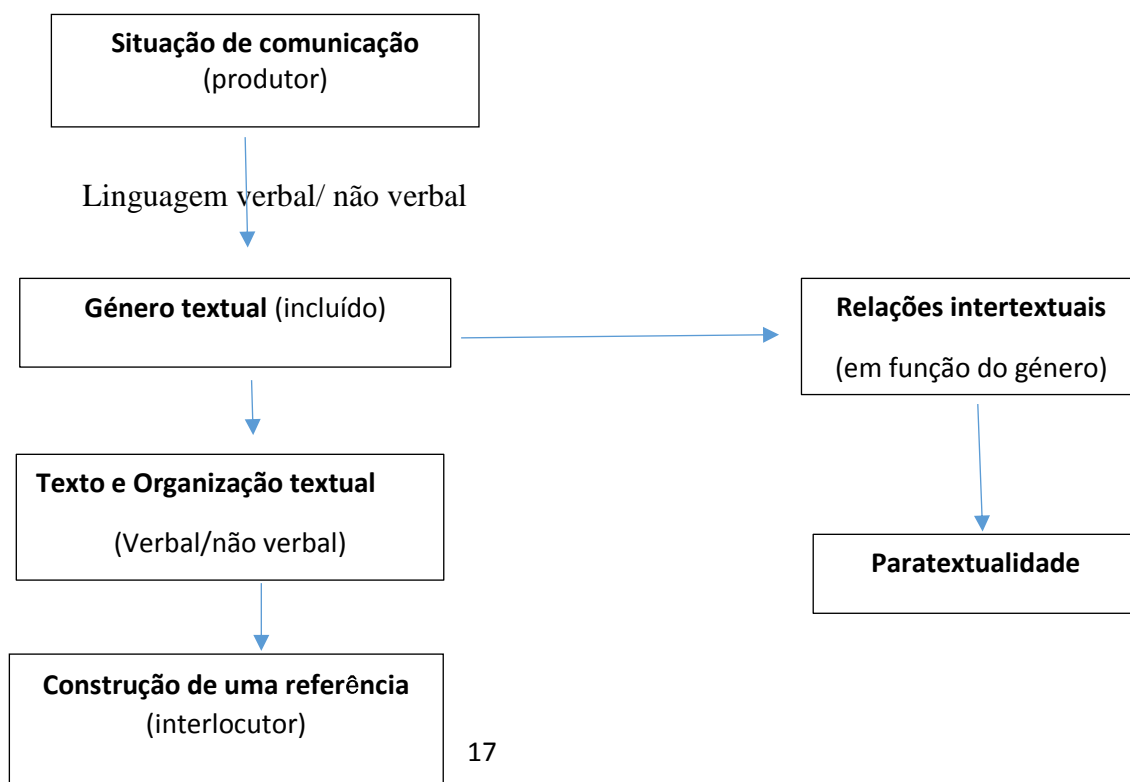
A esquematização vai permitir fazer uma leitura e análise dos termos produzidos pelos seus autores, entender de que maneira foram esquematizados tendo em atenção o interlocutor, visto, que ficou claro neste instrumento que os textos ou melhor os termos são esquematizados tendo presente dois momentos, o processo organizacional (enunciação) e o outro momento, que é o resultado do enunciado. No caso do glossário, ter-se-á em atenção que nas definições se teve a ideia da imagem do interlocutor em referência para a interpretação de um dado termo.

Os instrumentos acima servirão para análise do *corpus* do trabalho, no sentido de entender como é que foram planificados os enunciados e se de facto os enunciados são interpretáveis para o leitor. O primeiro instrumento, a construção da referência discursiva visa o interlocutor construir uma referência de um tema ou objeto do glossário a partir de estratégias semânticas por parte do locutor, quer dizer a partir de um dado enunciado é possível o interlocutor (re)construir uma ideia de um determinado tema de discurso. O segundo instrumento, a esquematização ou grau zero da planificação, objetiva o produtor conceber um enunciado do glossário que seja interpretável para o seu consulente, isto é, o

locutor concebe uma organização textual que seja interpretável para o seu interlocutor. Se por um lado, a construção de uma referência discursiva visa centrar-se no interlocutor, porque é este que constrói a referência discursiva de um tema mediante a interpretação de elementos semânticos, por outro lado, na esquematização ou grau zero da planificação, o constituinte fulcral é o locutor, porque este tem a missão de produzir uma planificação textual comunicativa e interpretável. Contudo é importante acentuar que ambos os instrumentos geram um microuniverso de influência de temas entre locutor e interlocutor e contexto, visto que esquematizar é construir uma referência sobre um tema ou objeto que visa ser interpretável e construir uma referência é desmistificar ou não uma organização ou planificação textual (esquematização). Em ambos os processos além do conhecimento linguístico é imperioso que os intervenientes tenham um conhecimento do mundo (cultural, científico, social e outros). Estes instrumentos linguísticos servirão para análise do manual em estudo e que darão suporte para adiantar as sugestões e recomendações na construção do género glossário.

Tendo em conta os aspetos discutidos no enquadramento teórico demonstrar-se-á uma sumarização por via de um esquema como se pode verificar na figura abaixo.

### Esquema da Organização textual



## **CAPÍTULO II – Análise e descrição do Manual de História do I Ciclo do Ensino secundário de Angola**

No presente capítulo vai cingir-se à descrição e análise do *corpus* do texto, mas é importante aferir aqui a instituição que dá tratamento na produção destes materiais e relatar sobre o que foi o historial do desenvolvimento do sistema educativo em Angola e concomitantemente a produção e revisão de materiais escolares pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE).

### **2.1. Breve história da produção dos manuais de ensino em Angola**

Angola, depois da conquista da independência, procurou de imediato levar a cabo, em todo território nacional, a organização política, social, económica e administrativa. Enquanto jovem estado independente procurou organizar o setor da educação, visto, que na altura havia um grande número de iletrados na jovem nação. Nesta altura, o INIDE, por via do Ministério da Educação, é criado com o sentido de produzir materiais e distribuí-los pelo território nacional. A produção deste material de ensino em Angola obedece a três momentos, que se vão verificar mais adiante. O INIDE, tutela administrativa do Ministério da Educação de Angola, tem a responsabilidade de produzir, distribuir e inovar os materiais do ensino no país. É pertinente fazer a incursão na história dos diferentes processos, que estiveram na base da produção do manual de ensino em Angola com vista a perceber os diferentes contextos de mudança na situação de comunicação e que consequentemente influenciaram o paradigma da produção do manual de ensino no país.

#### **2.1.1. A fase pós-independência**

Logo após a independência houve a necessidade da organização do país em todos os setores e a educação como tal, não ficou de parte tendo em conta o número da população analfabeta e de modo a afastar a influência do estado colonial na altura. A princípio os manuais utilizados eram inteiramente do sistema colonial, isto é, prevalecendo o domínio

cultural, social e ideológico da época colonial. Os manuais de ensino não espelhavam os factos históricos, culturais e de vida destes povos, senão a dos povos europeus. Segundo os estudos que constam da *Informação Sobre a Implementação do Novo Sistema de Educação: Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário*, realizados pelo Ministério da Educação (MED) após a implementação da reformulação do sistema de educação colonial, indicaram a existência de anomalias referentes ao fraco aproveitamento escolar dos alunos nos diferentes níveis de ensino, esta situação determinou que a direção política do país recomendasse a realização de estudos mais aprofundados sobre o estado da educação (Ministério da Educação; 2009:7). De acordo com o estudo houve a necessidade de organização do setor da educação e por via disto em 1978 implementou-se a primeira Reforma Educativa (RE) em Angola, que veio massificar a produção e distribuição dos materiais de ensino por quase todo o território nacional. Os mesmos foram construídos e esquematizados com referências às ideologias marxista-leninista e mais voltados para aquilo que era a realidade do país, contrariamente aos primeiros anos da independência. Na altura, adotou-se pela via do sistema marxista-leninista para conformar a indispensável unidade nacional de Angola, era necessário estabelecer uma ideologia para a consolidação do país, a partir do nada (Agência Angola Press; 2018).

Sendo um país que acarretava uma população maioritariamente iletrada, os primeiros manuais visaram esta franja da população, organização do manual de ensino era totalmente voltada para esta corrente política. Quer isto, dizer que a atividade discursiva da época, nos livros era executada pelo locutor no sentido de despertar o sentido do interlocutor sobre este microuniverso político em vigor na altura. Facto este, que poderia denotar muitos problemas nas definições das palavras e sobre os factos em destaque naquela época, devido à forte corrente ideológica e política que os manuais acarretavam. A comunicação faz-se em função do contexto e o mesmo na altura influenciou o plano e a organização textual deveria obedecer a determinada ideologia política com o objetivo de o interlocutor construir uma referência discursiva sobre a situação concreta (Agência Angola Press; 2018). No entanto, os manuais produzidos nesta altura serviram um determinado propósito-comunicativo, visto que despertou referência nos interlocutores.

### 2.1.2. Os manuais do ensino cessante

Num momento, em que o país foi alvo das consequências do conflito ideológico entre as duas grandes potências mundiais na altura, o final da guerra-fria foi acompanhado de muitas transformações a nível mundial e consequentemente a nível interno. O fim da guerra-fria gerou múltiplas transformações em diversos setores do país (político, social, económico e outros). E o setor da educação não ficou de parte, porque teve de se retificar os currículos escolares os conteúdos ministrados, bem como, os manuais de ensino, isto devido a nova alvorada internacional.

Em virtude do término desta situação política mundial, o estado angolano teve de fazer mudanças no plano curricular, nomeadamente reformular a maior parte dos conteúdos, que acarretavam os manuais daquela época. Segundo o *Relatório da Avaliação Global da Reforma Educativa* afirma que estas alterações ou modificações educativas decorrem principalmente da necessidade e do interesse político de melhorar a qualidade da formação dos sujeitos, (Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Reforma Educativa; 2014:34).

Deste modo, o INIDE implementou nos manuais de ensino as diferentes formas de abordagem do conhecimento socializado ou transmitido, através da implementação dos currículos nas escolas, com recurso à didática e à pedagogia. As diferentes formas de abordagem do conhecimento socializado ou transmitido através da implementação dos currículos nas escolas, com recurso à didática e à pedagogia, alteraram-se continuamente mediante inovações de várias magnitudes resumindo-se, geralmente em reformas curriculares, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem (*ibidem*; 2014:34). No entanto, entende-se que nesta fase da produção dos manuais para além do interesse do estado em qualificar o ensino, também esteve associado o fator político, este por sua vez, determinou a mudança da programação dos conteúdos descontextualizados de algumas disciplinas escolares e a emissão de novos manuais com conteúdo de acordo a nova vaga nacional e internacional. A realidade, na época, perspetivava fortemente os desafios inerentes à realização social do indivíduo desejado, para o tipo de desenvolvimento desenhado num determinado estado.

### **2.1.3. Os manuais da Reforma Educativa em Angola**

O MED sempre trabalhou com vista a encontrar as transformações necessárias para um sistema educativo, que viesse encontrar forma de solucionar os problemas que se viviam na altura. No sentido de melhorar o sistema educativo, o MED conduziu a segunda RE, que seria simplificada em quatro objetivos fundamentais, nomeadamente 1) a expansão da rede escolar, 2) a melhoria das aprendizagens dos alunos, 3) a equidade do sistema de educação e 4) a eficácia interna do sistema (Agência Angola Press; 2018). A segunda RE é resultado de um processo complexo que implicou uma outra faceta, desejável e válida da primeira reforma vigente desde 1978. O novo sistema educativo foi aprovado através da lei de base do sistema de educação, lei n.º 13/01, de 31 de dezembro. Implementada desde 2004, tem como suporte o plano de implementação progressivo do novo sistema de educação, aprovado pelo decreto n.º 2/05, de 14 de janeiro (Agência Angola Press; 2018). A ideia da presente reforma não vem com o objetivo de contrariar a política educativa em vigor. Todavia, ela surge para obedecer a uma metodologia diferente, daquela que vigorava no sistema educativo, mas do que contrariar veio para ser um processo, no caso coexistir e aguardando uma transição acautelada para o sistema de ensino. Para tal, em virtude das novas mudanças no sistema de ensino, em 2004 o INIDE iniciou uma revisão e mudança nos conteúdos dos manuais de ensino para estar de acordo com os propósitos da atual reforma educativa. A RE surgiu em 2004, para melhorar o desempenho dos estudantes e dos professores. Em contrapartida, especialistas no setor afirmam que, dos quatro objetivos propostos pelo Executivo, apenas um foi atingido: a expansão da rede escolar. Se, por um lado, uns falam em retrocesso no ensino com a reforma, por outro lado, outros afirmam que este regime trouxe ganhos e é o mais ajustado às necessidades específicas do país (Agência Angola Press; 2018).

Porém, é um fato, que estes manuais têm sido alvo de críticas pelos seus manuseadores, devido às matérias de língua-portuguesa, matemática, ciências e história, devido igualmente ao défice dos conteúdos relativamente aos manuais cessantes. Muitos professores alegam que a presente realidade no ensino trouxe dificuldades na transmissão do conhecimento (ensino-aprendizagem), pois os manuais atuais contribuíram para o retrocesso do aprendizado. De fato, não vêm com o mesmo método de ensino e os temas não obedecem o mesmo rigor relativamente aos manuais antigos. Por esta razão, os professores apelam pela

melhoria e elaboração de outros manuais, mas com base nos antigos. Sugerem que o INIDE deve uniformizar os manuais usados em todas instituições do país, porque o ensino privado tem manuais diferentes (Agência Angola Press; 2018).

No entanto, os atuais manuais do processo da RE acarretam inconsistências do ponto de vista da sua produção, nomeadamente as definições, o que acarreta um grande número de incoerências.

Propõe-se para este estudo de Consultoria e Revisão Linguística dois instrumentos linguísticos (construção da referência discursiva e a esquematização ou grau zero da planificação). Com base nestes instrumentos vai se analisar como foram tratados os termos e as suas definições no manual de História da 7.<sup>a</sup> classe do ensino angolano, que comporta vários textos e diferentes géneros em concorrência, mas o mesmo centrar-se-á na observação do glossário que comporta o presente *corpus*. Vale a pena lembrar que o Glossário é um instrumento técnico e específico, que contém definições dos termos de uma determinada área.

## **2.2. Descrição e análise do *corpus***

Selecionou-se como *corpus* para estudo neste projeto de trabalho, o glossário do manual de História de Angola da 7.<sup>a</sup> classe. Optou-se por este manual devido à limitação da descrição dos conceitos ligados a esta disciplina que compõem o glossário do manual em estudo e pela experiência enquanto professor de História. Far-se-á uma descrição e posterior análise da constituição organizacional do manual<sup>2</sup> e a forma do tratamento dos conceitos que compõem o glossário<sup>3</sup>, isto é, uma descrição estrutural dos textos contidos no manual e abordagem dos termos que apresentam problemas de definição, tendo como base a atividade discursiva e a situação de comunicação.

Desta feita, apresentar-se-á o estudo do corpus do trabalho, por meio de um quadro, algumas ocorrências de como são tratadas as definições dos termos, tanto nos textos principais do manual quanto no glossário, ou seja, um levantamento dos termos e posterior

---

<sup>2</sup> Consultar os segmentos de textos do manual de História da 7.<sup>a</sup> classe do I ciclo no anexo 2.

<sup>3</sup> Ver o glossário do manual de História da 7.<sup>a</sup> do I ciclo no anexo 1.



apresentação dos resultados de acordo com os problemas encontrados na organização textual do glossário, com vista a propor melhorias para o mesmo.

São vários aspetos ligados ao plano da organização textual, que têm sido alvo de discussão não só por parte dos teóricos da linguística, mas a todos os estudiosos preocupados no entendimento da atividade discursiva dos textos, mas com abordagens diversas. No intuito de aprofundar as construções dos termos e das definições presentes no glossário no manual e de acordo com as experiências em sala de aula, o referido estudo vai ter como suporte os pressupostos linguístico-textuais ligados aos elementos verbais e não-verbais de acordo à organização da planificação textual baseada na construção de uma referência discursiva defendida por Adam (1999) e a esquematização ou grau zero da planificação adotada por Grize (2004), bem como as relações intertextuais defendida por Genette (1982). Desta forma, decidiu-se avaliar como é que estas definições foram construídas e como foi organizado o plano textual destes termos no *corpus* do trabalho de acordo com estes instrumentos linguísticos.

### **2.2.1. Descrição do manual**

Uma vez que este instrumento de ensino comporta vários textos com diferentes géneros optou-se por analisar o género glossário em suporte papel, que está como apêndice no manual. O livro pertence ao 1º ciclo do ensino secundário, é da autoria de Pedro Nsiangengo, Rebeca Santana, Bento Kianzowa, Filipa da Conceição e Rebeca André. A editora é a livraria Mensagem e teve a revisão e aprovação do INIDE. Este instrumento de ensino é parte do currículo do sistema educativo angolano e passou pela aprovação do Ministério da Educação, que está relacionado com a implementação da RE em processo no país. É um instrumento que foi concebido tendo em vista os objetivos definidos pelo sistema de ensino, concretamente no que concerne à disciplina de História, o que não significa tratar-se de um produto final. O conteúdo programático do presente manual foi selecionado criteriosamente para estar de acordo com os objetivos educacionais, e de outro, por se adaptar às características etárias psicológicas dos manuseadores do manual deste nível.

O manual é constituído pelos elementos pré-textual (capa, folha de rosto e o índice geral) e textual (advertência, corpo do texto, glossário e as bibliografias) o mesmo contém cento e noventa e duas (192) páginas.

Elementos pré – textual, fazem parte desta secção do manual os seguintes elementos: a capa, folha de rosto e o índice geral.

a. A capa contém o título do manual e a classe a que corresponde, os autores do manual, a insígnia da editora, a referência da RE no canto superior direito e as figuras ilustrativas da capa. Conforme pode-se verificar na figura da capa abaixo;



Figura-1: capa do manual de História da 7.ª classe.

b. A folha de rosto contém os mesmos elementos que apresentam a capa com a exceção dos elementos não-verbais e a referência da RE no canto superior direito, engloba a insígnia da editora e a ficha técnica;

c. Índice geral inclui a ordenação das páginas do manual por temas. Pode-se verificar as figuras do índice nas figuras abaixo.

ÍNDICE		ÍNDICE		ÍNDICE	
<b>ADVERTÊNCIA</b>	7	<b>3.2. As civilizações mediterrânicas</b>	72	<b>TEMA 4. A EUROPA FEUDAL</b>	127
<b>TEMA 1. INTRODUÇÃO À HISTÓRIA</b>	9	3.2.1. Grécia	72	4.1. Gênese e consolidação do feudalismo	129
1.1. O objecto de estudo da história	11	3.2.1.1. Território e localização, população e actividades económicas	75	4.1.1. A formação da sociedade feudal na Europa	134
1.2. As fontes da história	13	3.2.1.2. Características da sociedade escravagista	79	4.2. A sociedade feudal – o predomínio da aristocracia guerreira e a dependência dos camponeses	136
1.3. As diferentes formas de medição do tempo	18	3.2.1.3. As formas de organização do Estado: da monarquia à democracia, a Cidade-Estado (pólis)	79	4.3. Da economia agrária de subsistência ao desenvolvimento do comércio e das cidades	138
<b>TEMA 2. A ORIGEM DO HOMEM</b>	23	3.2.1.4. As diferenças entre os sistemas políticos atenienses e espartanos	81	4.4. A desintegração do feudalismo e a génese do capitalismo	147
2.1. As grandes fases do processo de hominização	25	3.2.1.5. A colonização e o comércio no Mediterrâneo	88	<b>TEMA 5. A ÁFRICA NA IDADE MÉDIA (SÉCULOS VI–XVI)</b>	151
2.2. África, o “Berço da Humanidade”	30	3.2.1.6. A religião, a arte e o contributo literário e científico dos Gregos para a Humanidade	90	5.1. Características gerais das sociedades africanas na Idade Média	152
2.3. As primeiras comunidades humanas	34	3.2.1.7. O declínio da civilização grega	98	5.2. Contacto e consequências das migrações Bantu	154
2.3.1. O Paleolítico: nomadismo, economia de caça e recolecção, utensílios, culto dos mortos e da natureza	36	3.2.2. Roma	102	5.3. Penetração e expansão do Islão em África	156
2.3.2. O Neolítico: sedentarização, economia agrícola e de criação de gado, diferenciação social	42	3.2.2.1. Localização geográfica, população e actividades económicas	102	5.4. As principais formações estatais da Idade Média em África	159
2.3.3. O aparecimento da metalurgia	46	3.2.2.2. O mito da fundação de Roma	105	• O reino do Ghana	160
<b>TEMA 3. AS CIVILIZAÇÕES DA ANTIGUIDADE</b>	49	3.2.2.3. As classes sociais: patrícios, plebeus e escravos	106	• O império do Mali	163
• Meio natural e economia agrícola	50	3.2.2.4. As formas de organização do Estado: da República ao Império	108	• O império Songhai	166
• A constituição dos primeiros Estados	52	3.2.2.5. A expansão romana e a diversidade do Império	114	• O reino do Benim	169
<b>3.1. As civilizações fluviais</b>		3.2.2.6. A religião	118	• O reino do Kongo	171
3.1.1. O Egito	53	3.2.2.7. O Cristianismo – das origens à sua proclamação como religião do Estado Romano	119	• A civilização do Zimbábue e o Império de Monomotapa	177
• O Nilo e a população	53	3.2.2.8. Causas da decadência de Roma	121		
• As actividades económicas	56	3.2.2.9. O legado de Roma à Humanidade	125	<b>GLOSSÁRIO</b>	184
• Constituição do Estado e classes sociais	58			<b>BIBLIOGRAFIA</b>	188
• O legado à Humanidade: escrita, ciência, religião e arte	60				
3.1.2. A China	66				
• O país e os primeiros habitantes	66				
• O aparecimento das classes sociais e dos Estados	68				

Figura-2: Índice do Manual de História da 7.ª classe.

Elementos textuais, esta parte do manual está organizado por temas (subtemas), o glossário e as bibliografias.

- O primeiro tema é “A introdução à história” e está constituído por três subtemas (“o objeto de estudo da história, as fontes da história e as diferentes formas de medição do tempo”);
- O segundo tema é “A origem do homem” e compreende os respetivos subtemas (“as grandes fases do processo de hominização, África, o berço da humanidade e as primeiras comunidades humanas”);
- O terceiro tema é a “As civilizações da antiguidade” e está subordinado aos subtemas (“as civilizações fluviais e as civilizações mediterrânicas”);
- O quarto tema é “A Europa feudal” e tem os subtemas (“gênese e consolidação do feudalismo, a sociedade feudal, da economia agrária de subsistência ao desenvolvimento do comércio e das cidades, a desintegração do feudalismo e a génese do capitalismo”);
- O quinto tema é “A África na Idade Média (séculos VI – XVI)”, que comporta os subtemas (“caraterísticas gerais das sociedades africanas na idade média, conteúdo e consequências das migrações bantu, penetração e expansão do islão em África e as principais formações estatais da idade média em África”).

No manual podem ser localizadas figuras ilustrativas e os exercícios de avaliação formativa. O manual de ensino compreende como apêndice um glossário que é o objeto de

estudo neste projeto, composto por cinquenta palavras, organizadas por ordem alfabética. Parte-se da hipótese de que as definições contempladas nele devem estar interligadas em termos de conteúdo com os textos dos quais se extraíram as definições, estabelecidas consoante os pressupostos terminológicos e lexicais. A última parte do manual é constituída pelas referências bibliográficas usadas na produção do presente instrumento de ensino e as mesmas estão organizadas de acordo com a ordem alfabética.

O manual comporta uma introdução, que visa objetivar o programa de ensino de História da 7.<sup>a</sup> classe, na qual são abordados temas relacionados ao conteúdo textual, que estão em consonância com o programa de ensino. Deste modo, o enfoque vai ser dado ao glossário, no sentido de perceber como foram produzidas as definições ao longo desta atividade discursiva, do ponto de vista organizacional e a consistência da ocorrência dos termos nos segmentos de textos do manual e no glossário.

### **2.2.2. Análise do manual de ensino**

Os instrumentos linguísticos, apresentados na secção dois do primeiro capítulo do presente trabalho, vão permitir a análise do manual tendo em vista não somente os aspetos linguísticos, mas sim, todos elementos linguísticos e semióticos envolvidos na altura da esquematização com vista a dei

xar os referentes necessários na construção ou reconstrução por parte do interlocutor quando estiver em presença do enunciado. De um modo geral, Grize (1990) refere o seguinte:

“ A dimensão semiótica de toda atividade de esquematização - vai ao encontro da perspectiva em que aqui se assume a noção de texto: trata-se de uma unidade estruturada (dotada, portanto de uma composição e organização próprias) que não se reduz necessariamente a um objeto exclusivamente verbal, admitindo-se assim o não-verbal como recurso eventual, desta forma, toma-se os textos numa aceção mais ampla do que aquela que é correntemente assumida: a de correspondentes semióticos de uma atividade de esquematização”.

Quer isto dizer, os termos não devem ser somente analisados tendo presente as unidades verbais, mas elencar os elementos semióticos na organização e planificação textual tendo em conta à atividade discursiva.

### **2.2.3. Análise das definições dos termos no glossário**

Antes de apresentar os resultados, é importante avaliar como estão disponíveis as definições do glossário no manual. A relação vai ser feita tendo em presença as relações transtextuais, especificamente a paratextualidade (peritexto) e ainda fazendo recurso à esquematização ou grau zero planificação textual. Por conseguinte, a comparação referenciada entre o glossário na qualidade de peritexto do manual de ensino deve ser o resultado daquilo que está previsto no manual, isto é, a sua esquematização deve ter em conta as referências dos textos do qual teve origem. Atesta Genette que as relações transtextuais atuam de forma conjunta e complementar, sendo essas relações numerosas e decisivas na construção textual. A comparação das relações transtextuais é tida em conta no sentido de relacionar os termos dos textos que constam no glossário (peritexto) do manual em estudo especificamente a forma de tratamento destes termos no manual e a retoma dos mesmos constados nos textos que comportam o glossário. Quer dizer, observando a ocorrência dos termos no manual e o contexto da sua construção no glossário.

Segundo Gérard Genette (1982) as relações transtextuais tornaram-se uma referência incontornável para pensar as relações entre textos e géneros. Uma das causas disto é, sem dúvida, o desenvolvimento de uma proposta de sistematização das diversas modalidades da “transcendência textual dos textos”. Genette sistematizou as relações transtextuais em diferentes modalidades, mas importa aqui a modalidade paratextual no sentido de dar uma conceção teórica ideal ao que tange as relações dos termos contidos nos textos do manual e que são definidos no glossário.

Esta relação transtextual entre os textos do manual e o glossário vai ser feita tendo em vista dois momentos, primeiro, averiguar se existe a remissão dos termos constados nos textos para o glossário e segundo, observar o contexto da construção das definições no glossário e verificar se realmente obedecem aos textos de partida. Primeiro, observando o

manual consegue-se notar, que não existe um marcador nos termos dos segmentos de textos que são reproduzidos no glossário, verifica-se uma omissão neste sentido no plano da organização textual. Não se vislumbra esta relação no plano textual (textos principais e o peritexto), tendo em conta as relações transtextuais. É importante, que se marque nos textos principais os lexemas, que necessitam de um esclarecimento nos peritextos. Consegue-se perceber a falta de relação entre o paratexto e o peritexto, isto é, por ausência de referentes nos termos do paratexto mas que aparecem na zona peritextual, uma vez que o produtor tornou omissa a relação transtextual (paratextual) na construção dos textos. Esta situação não ajuda a mobilizar o sentido do interlocutor para os referentes interpretativos dos termos que constam no glossário. Como refere Grize (1990) “uma esquematização é suscetível de criar imagens, é pela capacidade que aquela possui de “dar a ver”, isto é, pela forma como é selecionado e organizado o material semiótico que compõe um texto”. Existe no decorrer dos textos do manual a falta de remissão dos termos (por negrito, asterisco ou outra forma), que estejam contidos no peritexto, razão pela qual distorce a construção de uma referência discursiva por parte do interlocutor. Visto que, se estes signos semióticos fossem marcados nos termos no decorrer dos textos poderiam despertar o sentido do interlocutor para o orientar ao glossário para a desmistificação sobre determinada definição, porque a esquematização na condição de processo de construção de uma representação discursiva visa orientar a interpretação do interlocutor sobre um dado termo.

Segundo, a contextualização aqui deve ser entendida por meio das práticas instituídas, da situação de comunicação da esquematização e conjugada à modalidade da paratextualidade. Aliado à sua prática discursiva, que é a instrução, o gênero glossário, visa esclarecer os enunciados de uma determinada especialidade. Desta forma, o glossário (peritexto) é construído nestas circunstâncias, com o intuito de esclarecer o interlocutor sobre termos menos claros, isto é, contextualizando-os, tendo em atenção as referências dos textos de partida. As definições, que se localizam no espaço periférico devem ter uma conexão textual com os textos principais, visto que os termos do plano periférico devem ser um produto ou resultado do pré-construído no espaço principal dos textos. Deve haver uma relação estreita entre os textos principais e o peritexto, no sentido de que ambos atuam no mesmo domínio discursivo - instrucional/educacional. Assim, Lygia Schimtz (2013:23) defende, que a peritextualidade ocorre quando um elemento aparece como recurso imagético ou verbal para invocar o leitor, ampliando a sua compreensão sobre a obra, facilitando o desvendamento do texto e ativando sua atenção e sua memória pré-construídas. Desta forma,

a esquematização das definições no peritexto deve ser produzida tendo em consideração o contexto da sua ocorrência nos textos principais do manual, ou seja, deve-se construir as definições dos termos do glossário, levando em consideração a ocorrência nos segmentos de textos do manual. Com base no exposto, pode-se afirmar que a esquematização de algumas definições do glossário não levaram em conta a situação de comunicação, conseqüentemente na paratextualidade entre os textos principais e o peritexto não existe homogeneidade espaço temporal, tornando-se apenas produção de entradas de verbetes da língua. Pode-se verificar alguns dos problemas apontados anteriormente nas ocorrências da produção de alguma das definições nos textos principais e no glossário, tal como apresentadas no quadro abaixo.

**Quadro 1 – Glossário dos termos<sup>4</sup> e sua ocorrência no manual de História**

<b>Termos</b>	<b>Ocorrências dos Termos no manual</b>	<b>Definição no Glossário</b>
Arquitectura	“... a requintada <b>arquitectura</b> que...” (pág. 52).	Arte de construir edifícios. Podem distinguir-se a arquitectura civil (construção de casas, palácios, pontes, etc.), a arquitectura militar (construção de castelos, fortalezas, etc.) e a arquitectura religiosa (construção de templos, túmulos, etc.).
Bípede	“...um ser <b>bípede</b> , erecto...” pág. 28	Designação de um animal que se desloca utilizando os dois pés.
Cabotagem	Não localizada nos textos.	Navegação ao longo da costa e dos portos costeiros de um país ou região.

<sup>4</sup> Não se inseriu todos os termos do Glossário por isto optou-se por aqueles que suscitam problemas e inconformidades (ver outros termos do glossário e suas ocorrências no manual de História da 7.ª classe do I ciclo, no anexo 3).

Canibal	“...praticou o <b>canibalismo...</b> ” pág. 29	Pessoa selvagem que come carne humana.
Cisma	Não localizada nos textos.	Separação provocada pela recusa de reconhecer uma autoridade estabelecida. Em matéria de religião o cisma distingue-se da heresia na medida em que o primeiro se relaciona com a autoridade ou disciplina, enquanto a segunda é uma ruptura por divergência de doutrina.
Córtex (cerebral)	“...a cavidade <b>cerebral,</b> como...” Pág. 31.	Substância cinzenta que forma a maior parte do cérebro.
Democracia	“ A <b>democracia</b> floresce...” pág. 74.	Sistema político que faz residir a fonte de soberania no conjunto da população (ou seja, o povo), sem qualquer tipo de discriminação. Um partido democrático subscreve este tipo de sistema político.
Economia	“...base da <b>economia...</b> ” “... <b>economia</b> baseada na pecuária” págs. 69 e 98	Conjunto das actividades humanas relacionadas com a produção, distribuição, consumo e aproveitamento de bens e serviços.
Emigração	“...grupo de <b>emigrantes</b> Bakongos...” pág. 174.	Os emigrantes são os habitantes de um país que deixam a sua região ou Estado para ir viver noutra região.



Esclavagista	“...sistema <b>esclavagista...</b> ” pág. 74.	Partidário ou partidária da prática da escravatura.
Escultura	“...na <b>escultura</b> e na cerâmica...” pág. 92.	A arte plástica cujo meio de expressão é o volume e a forma; arte de esculpir; obra esculpida.
Hieróglifo	“...sinais – os <b>hieróglifos...</b> ” pág. 60.	Sinal desenhado usado na antiga escrita egípcia para representar uma palavra ou ideia.
Hipogeu	“... escavados na própria rocha são chamados <b>hipogeus...</b> ” pág. 65.	Escavação subterrânea usada para depositar os mortos. Os hipogeus foram especialmente utilizados pelos Egípcios
Hoplita	“...era formado por <b>hoplitas...</b> ” pág. 84.	Soldado de infantaria da Grécia Antiga que combatia revestido de uma pesada armadura.
Humanismo	“...mais vivo exemplo do <b>humanismo</b> grego...” Pág. 93.	Doutrina centrada nos interesses e valores humanos; teoria que defende a dignidade do ser humano como valor absoluto; movimento que teve início no Renascimento e se caracterizou pela valorização do espírito humano, associada a uma atitude individualista e inquiridora inspirada pela redescoberta das obras e textos da Antiguidade.
Ideográfica (escrita)	“... e de sons (fase <b>ideográfica</b> ).” Pág. 60.	Representação directa das ideias por imagens, sinais ou perfeição.

Iguais	“... os Espartanos, ou <b>Iguais</b> .” Pág. 83.	Pessoas da mesma categoria ou condição social.
Imigrante	Não localizada nos textos.	Pessoa que entra num país estrangeiro para aí se estabelecer.
Imortalidade	“... na <b>imortalidade</b> da alma” pág. 62.	Condição de imortal; que há-de durar para sempre; a vida eterna
Impostos	“ Os cobradores de <b>impostos</b> visitavam regularmente as propriedades para recolher os tributos.” Pág. 59.	Somas de dinheiro (ou género) que os habitantes de um país ou região são obrigados a pagar aos senhores, ao rei, ao Estado ou aos órgãos de administração local. Modernamente, são os impostos que permitem ao Estado administrar os serviços públicos e renovar os equipamentos colectivos.
Indígenas (literalmente, “nascidos no interior”)	Não localizada nos textos.	Diz-se dos habitantes originários de uma determinada região, por oposição aos invasores ou colonos que nela se instalam vindos de outras regiões.
Jacente (estátua)	Não localizada nos textos.	Que jaz, estátua esculpida sobre o túmulo de determinada personagem e que a representa.
Latifúndio	“... grandes <b>latifúndios</b> ”	Propriedade agrícola de grande dimensão.

	cultivados...” pág. 107.	
Mercantil	“... escravagista e <b>mercantil</b> .” Pág. 103.	Relativo a mercadores ou mercadorias; que pratica o comércio; interesseiro, ambicioso, especulador.
Meteco	“... pelos estrangeiros (ou <b>“metecos”</b> ).” Pág. 87.	Nome dado pelos Atenienses a um estrangeiro autorizado a residir na antiga Atenas.
Micénica (civilização)	“...civilização de <b>Micenas</b> pelos...” pág. 72	Civilização grega da antiguidade (séculos XIX à V a.n.e.) que se desenvolveu a partir da cidade de Micenas.
Mitologia	“... sistema <b>mitológico</b> que passou...” pág. 90.	Conjunto de lendas referentes a determinada cultura ou civilização.
Monarquia	“... nas cidades-estados, a primeira forma do governo que vigorou foi a <b>monarquia</b> .” Pág. 80.	Estado em que o chefe supremo é um monarca (rei); forma de governo em que o poder supremo é exercido por um monarca. “Monarquia absoluta” é a forma de governo na qual todo o poder está concentrado no monarca. “Monarquia constitucional” é a forma de governo na qual o poder do monarca é limitado por uma constituição.
Monocultura	Não localizada nos textos.	Sistema de cultivo das terras assente numa produção ou cultura largamente dominante (opõe-se à policultura).

Monoteísmo	“...uma religião <b>monoteísta</b> ...” pág. 119.	Religião baseada na crença num único Deus.
Oligarquia	“... forma de governação: a <b>oligarquia</b> ...” pág. 81.	Forma de governo em que o poder está nas mãos de um pequeno número de indivíduos ou de uma família poderosa.
Pictográfico	“...dos objectos (fase <b>pictográfica</b> )...” pág. 60.	Ideográfico; respeitante a ideografia; representação das ideias por imagens ou símbolos.
Policultura	Não localizada nos textos.	Sistema no qual se praticavam várias culturas na mesma exploração agrícola.
Pólis (do grego)	“...Cidades-Estados gregas (“ <b>pólis</b> ”).” Pág. 73	Cidade.
Politeísta	“...deuses, isto é, eram politeístas.” Pág. 61.	Pessoa que adora vários deuses.
Primatas	“...certos <b>primatas</b> , na sua luta pela...” pág. 28	Ordem de mamíferos que engloba o homem e os símios (macacos).
	“...o <b>racionalismo</b> (confiança na	Tendência para a valorização da razão humana como única fonte de conhecimento, não admitindo o que a razão não pode compreender.

Racionalismo	razão e procura...” Pág. 98	
Tirania	“...um outro sistema: a <b>tirania.</b> ” Pág. 81	Governo legítimo mas opressor, cruel e injusto, baseado apenas na autoridade do tirano.

Mediante o quadro pode-se verificar nalguns casos a estreita relação entre os termos que ocorrem no manual e os previstos no glossário, mas em outros casos pode-se observar a falta de contextualização na construção das referências no glossário. Uma vez que este instrumento deve ser produzido tendo em conta a paratextualidade, isto é, o glossário na condição de um elemento textual periférico, o seu texto deve ser esquematizado tendo em atenção os referentes discursivos da sua ocorrência nos textos principais. Pode-se entender que a falta de contextualização entre os espaços no manual não oriente o sentido do interlocutor para o glossário no processo de compreensão de determinada definição.

Neste âmbito, é importante que haja uma relação paratextual entre a definição dos termos no glossário e como estes termos ocorreram nos segmentos dos textos do manual, isto é, uniformizar a ocorrência dos termos no paratexto comparativamente o seu desenvolvimento no espaço peritextual no momento do plano da organização textual. A situação de comunicação deve seguir aquilo que são as práticas constituídas dos géneros.

No caso particular do género glossário, o esquematizador deve respeitar as especificidades deste e dos contornos do domínio discursivo a ser estudado. Quer dizer, em virtude das práticas instituídas socialmente por parte deste tipo de atividade discursiva, o termo a ser construído, as suas referências discursivas devem obedecer à situação de comunicação instituída pelo género. É importante referir que num dado enunciado não basta que se decodifique o mesmo, porém é igualmente necessário que a comunicação comporte as marcas linguísticas e semânticas das práticas sociais instituídas de forma a contribuir para a construção do sentido por parte do interlocutor.

#### **2.2.4. Apresentação dos resultados da análise do glossário**

Efetuada a análise ao manual e feito o levantamento de algumas definições conforme o quadro acima que o glossário comporta e as suas ocorrências nos textos principais, torna-se importante discutir os resultados verificados desta análise. Dentre os resultados neste estudo, o notável, e que não facilita a orientação dos seus manuseadores, é a ausência de marcação dos termos do glossário nos textos principais.

Os resultados obtidos são consequência daquilo que tem sido o estudo do projeto, isto é, olhando de forma holística para a construção específica e técnica dos termos que são parte do peritexto, mas tendo sempre em atenção os textos principais, quer dizer a paratextualidade entre os dois espaços no manual de ensino. Partindo deste princípio, os resultados foram constatados nos seguintes níveis: a nível dos termos no peritexto sem ocorrência nos textos principais, a nível do processo de mudança de classe gramatical das palavras (nominalização e adjetivação), a nível das diferentes definições apresentadas por um termo.

##### **a. Termos no glossário sem ocorrência nos textos principais**

A atividade discursiva do género glossário normalmente ocorre no espaço periférico do manual, favorecendo a leitura de que os autores procuram agregar ao texto no qual as palavras ocorrem (Valério; 2014:37). Constatou-se no manual e nos quadros apresentados a presença de termos que não têm ocorrência nos textos principais. Não se verifica a ocorrência nos textos de certos termos disponíveis no glossário. Porém, não há neste quesito uma relação intertextual entre os termos localizados nos espaços principal e periférico do manual de história. Segundo as regras da paratextualidade, os peritextos devem ser esquematizados com base nos textos principais (pré-existentes), na ausência destes termos questiona-se de onde partiu o produtor para construção dos termos que não foram enunciados nos textos principais. Nesta atividade discursiva o produtor deve obedecer aquilo que são as práticas instituídas pelo discurso pré-existente. Pode-se verificar no quadro abaixo os termos que não têm ocorrência nos textos principais do manual de ensino.

**Quadro 2 – Termos não localizados no manual, mas presente no Glossário**

<b>Termos</b>	<b>Ocorrências dos termos no manual</b>	<b>Definições no glossário</b>
<b>Cabotagem</b>	<b>Não constam nos textos.</b>	Navegação ao longo da costa e dos portos costeiros de um país ou região.
<b>Cisma</b>	<b>Não constam nos textos.</b>	Separação provocada pela recusa de reconhecer uma autoridade estabelecida. Em matéria de religião o cisma distingue-se da heresia na medida em que o primeiro se relaciona com a autoridade ou disciplina, enquanto a segunda é uma ruptura por divergência de doutrina.
<b>Diáspora</b> (do grego, “dispersão”)	<b>Não constam nos textos.</b>	Este termo utiliza-se especialmente para designar as comunidades dispersas pelo mundo.
<b>Imigrante</b>	<b>Não constam nos textos.</b>	Pessoa que entra num país estrangeiro para aí se estabelecer.
<b>Indígenas</b> (literalmente, “nascidos no interior”)	<b>Não constam nos textos.</b>	Diz-se dos habitantes originários de uma determinada região, por oposição aos invasores ou colonos que nela se instalam vindos de outras regiões.
<b>Jacente</b> (estátua)	<b>Não constam nos textos.</b>	Que jaz, estátua esculpida sobre o túmulo de determinada personagem e que a representa.
<b>Monocultura</b>	<b>Não constam nos textos.</b>	Sistema de cultivo das terras assente numa produção ou cultura largamente dominante (opõe-se à policultura).

<b>Policultura</b>	<b>Não constam nos textos.</b>	Sistema no qual se praticavam várias culturas na mesma exploração agrícola.
--------------------	--------------------------------	---

b. Processo de mudança de classe gramatical das palavras (nominalização e adjetivação)<sup>5</sup>

O que se avança no seguinte ponto tem em conta a disposição da organização linguística e textual dos termos no glossário e nos textos. Existe uma falta de uniformidade entre a construção da ocorrência dos termos nos textos principais e as que constam no peritexto<sup>6</sup>. O produtor em certos casos na esquematização discursiva dos termos fez recurso ao processo de derivação das palavras. Pode-se constatar, no quadro abaixo, certos termos cuja ocorrência nos textos principais se apresentam como nomes ou adjetivos, e na posição peritextual como substantivos ou adjetivos e vice-versa. Isto é, o produtor esquematiza os termos mudando a sua classe gramatical relativamente à disposição das mesmas nos textos principais. Pode-se verificar que alguns termos tendo em conta as relações intertextuais passaram por processos de nominalização (“Mitológico” “Mitologia” –; “Emigrantes” – “Emigração” e outros) e adjetivação de substantivos (“Canibalismo” – “Canibal”; “Micenas” – “Micénica” e outros). De acordo com os termos abaixo pode-se entender que não houve uniformização no plano da organização dos termos no peritexto, porquanto não existe homogeneização entre a classe gramatical das palavras no glossário relativamente aquelas que ocorrem nos segmentos de textos do manual.

O presente glossário tem na organização alguns adjetivos entre os seus termos, facto que levanta alguma confusão. Ademais, é importante ter em conta que nos glossários a classe gramatical a ser organizada e selecionada são os nomes e não os adjetivos como se pode verificar com alguns termos que são apresentados abaixo no glossário do manual de História.

<sup>5</sup> São considerados processos de derivação de palavras. Por um lado, a nominalização consiste no processo de transformação de palavras em nomes ou substantivos. Por outro lado, adjetivação é o processo de transformação de palavras em adjetivos (Cf. Cunha e Cintra, 2015:100).

<sup>6</sup> Faz-se menção ao peritexto quando se refere ao espaço que glossário ocupa no manual de ensino e quando se refere ao termo glossário está sublinhar o género na condição de atividade discursiva.



**Quadro 3 - Termos do glossário com diferentes classes gramaticais de palavras**

<b>Canibal</b>	“Provavelmente praticou o <b>canibalismo...</b> ” pág. 29	Pessoa selvagem que come carne humana.
<b>Córtex</b> (cerebral)	“...a cavidade <b>cerebral</b> , como...” Pág. 31.	Substância cinzenta que forma a maior parte do cérebro.
<b>Emigração</b>	“...grupo de <b>emigrantes</b> Bakongos...” pág. 174.	Os emigrantes são os habitantes de um país que deixam a sua região ou Estado para ir viver noutra região.
<b>Micénica</b> (civilização)	“...civilização de <b>Micenas</b> pelos...” pág. 72	Civilização grega da antiguidade (séculos XIX à V a.n.e.) que se desenvolveu a partir da cidade de Micenas.
<b>Mitologia</b>	“... sistema <b>mitológico</b> que passou...” pág. 90.	Conjunto de lendas referentes a determinada cultura ou civilização.
<b>Monoteísmo</b>	“...uma religião <b>monoteísta...</b> ” pág. 119.	Religião baseada na crença num único Deus.

c. As diferentes definições apresentadas por um termo

Este resultado é apresentado tendo em vista as definições em alguns termos do glossário, por um lado são expostos conjuntos terminológicos<sup>7</sup> e por outro lado, é apresentada a entrada de simples verbetes. Em ambos os casos esta organização textual pode interferir no entendimento do interlocutor por falta de referentes comparativamente ao texto de partida. O locutor deve fornecer os referentes linguísticos necessários para facilitar o interlocutor definir ou construir uma determinada referência sobre certo termo. Quer dizer que o interlocutor no processo da construção de uma referência discursiva necessita que estejam disponíveis todos os referentes do termo, sob pena do mesmo “não facilitar a identificação dos textos dos quais os glossários dependam”<sup>8</sup> (Valério; 2014:38). Salientando que o género glossário é caracterizado pela especificidade do seu discurso, isto é, a sua atividade deve respeitar estritamente as práticas pré-estabelecidas pelo género. Quer isto dizer que a esquematização das definições de um glossário, a situação de comunicação do produtor deve ter em conta as práticas sociais estabelecidas pelo próprio género. Visto que a presente atividade discursiva visa atender o esclarecimento de uma população específica (professores e alunos), então torna-se necessário que o plano da organização textual seja construído tendo em atenção a contextualização dos termos de partida e não focando simplesmente na produção do significado dos verbetes. No quadro abaixo pode-se verificar os termos que comportam diferentes entradas de definições terminológicas especializadas não tendo em conta a paratextualidade (arquitetura, cisma, democracia, humanismo, impostos e monarquia) e termos que apresentam as definições de simples verbetes (bípede, canibal, escravagista, escultura imortalidade, mercantil), pelo simples significado do léxico dos termos. Esta situação de comunicação pode acabar por comprometer aquilo que são as práticas instituídas pelo género glossário no qual visa esclarecer os termos técnicos de uma área específica.

No primeiro caso, é indicado um conjunto de definições terminológicas. Constata-se em certos termos do glossário um conjunto de definições especializadas, todavia estas não estão contextualizadas aos segmentos de textos do manual. Verifica-se a ausência de

---

<sup>7</sup> Apresentam definições mais ou menos especializadas, mas que não estão contextualizadas de acordo à ocorrência nos textos principais.

<sup>8</sup> É importante, que se sublinhe nesta parte as relações intertextuais, especificamente a paratextualidade entre os textos de onde partiu os enunciados e a construção destes no glossário (peritexto).

paratextualidade entre os termos do espaço periférico e os dos textos principais. Atendemo-nos no exemplo do termo “democracia” a qual é definida no glossário como sendo um “sistema político que faz residir a fonte de soberania no conjunto da população (ou seja, o povo), sem qualquer tipo de discriminação”, é ainda acrescentado “um partido democrático subscreve este tipo de sistema político”. Partindo daquilo que é a planificação da organização textual o termo “democracia” deveria ser esquematizado tendo em atenção os referentes interpretativos do texto de partida e não é muito esclarecedora a definição pelo facto de não ter conexão da sua ocorrência no texto de partida. Deve ser evidenciada a questão da situação de comunicação sobre a qual atividade discursiva se desenvolve. Uma vez que cada atividade discursiva assenta sobre um conjunto específico de comunicação típica da atividade.

No segundo caso são apresentadas as definições como simples entrada de verbetes, isto é, num discurso lexical assemelhando-se a um dicionário. Denota-se nas definições deste grupo de enunciados uma fronteira ténue entre o discurso lexicográfico e o discurso terminográfico mas é importante destrinçar estes dois campos atendendo o domínio discursivo em que cada um esteja a operar. A atividade discursiva desenvolvida no dicionário não tem o mesmo fim que a do glossário, porque o “glossário tenha como horizonte definitório a palavra efetivamente produzida e que esta se compatibilize com a entrada de um verbete, enquanto remissiva de um texto” (Valério; 2014:24). Quando na realidade a definição deste instrumento tem um propósito mais especializado a uma determinada área do saber, então eles tem um objetivo específico que visa desmistificar os termos técnicos de uma área. Horton (2011) alerta ainda para a clareza da definição, advertindo que “não deve repetir-se a unidade que dá origem à entrada (...) quais e orienta para a relação causa – efeito que assiste o referente, pelo que se depreende que as definições em glossários sejam construções não limitadas ao verbo ser” (*apud.* Valério; 2014:26). Tem o exemplo da preposição “escultura” que é apresentada com três entradas sendo que a primeira “a arte plástica cujo meio de expressão é o volume e a forma”; a segunda como a “arte de esculpir”; a terceira e última como a “obra esculpida”.

Desta feita, retirou-se do glossário os termos que apresentam as definições do simples verbo “ser”, mas também mediante a interdiscursividade nas definições dos termos do quadro abaixo. Por conseguinte, decidiu-se enumerar as diferentes aceções indicadas sobre um determinado termo no glossário, mas sem qualquer uma delas retomar ao contexto dos textos principais.

Uma vez que o glossário e a sua atividade discursiva atende para um domínio sócio-discursivo específico, torna-se crucial que o seu plano de organização textual se adeque aos parâmetros socioculturais da atividade.

**Quadro 4 – Diferentes aceções apresentadas por um termo.**

<b>Termos</b>	<b>Ocorrências no texto.</b>	<b>Definições no glossário</b>
Arquitectura	“... a requintada <b>arquitectura</b> que...” (pág. 52).	<b>1.</b> Arte de construir edifícios. Podem distinguir-se a <b>2.</b> Arquitectura civil (construção de casas, palácios, pontes, etc.), <b>3.</b> Arquitectura militar (construção de castelos, fortalezas, etc.) e a <b>4.</b> Arquitectura religiosa (construção de templos, túmulos, etc.).
Bípede	“...um ser <b>bípede</b> , erecto...” pág. 28	Designação de um animal que se desloca utilizando os dois pés.
Democracia	“ A <b>democracia</b> floresce...” pág. 74.	<b>1.</b> Sistema político que faz residir a fonte de soberania no conjunto da população (ou seja, o povo), sem qualquer tipo de discriminação. <b>2.</b> Um partido democrático subscreve este tipo de sistema político.
Esclavagista	“...sistema <b>esclavagista</b> ...” pág. 74.	Partidário ou partidária da prática da escravatura.
Escultura	“...na <b>escultura</b> e na cerâmica...” pág. 92.	<b>1.</b> A arte plástica cujo meio de expressão é o volume e a forma; <b>2.</b> Arte de esculpir; <b>3.</b> Obra esculpida.

Humanismo	<p>“...mais vivo exemplo do <b>humanismo</b> grego...”</p> <p>Pág. 93.</p>	<p><b>1.</b> Doutrina centrada nos interesses e valores humanos; <b>2.</b> Teoria que defende a dignidade do ser humano como valor absoluto; <b>3.</b> Movimento que teve início no Renascimento e se caracterizou pela valorização do espírito humano;</p> <p><b>4.</b> Associada a uma atitude individualista e inquiridora inspirada pela redescoberta das obras e textos da Antiguidade.</p>
Imortalidade	<p>“... na <b>imortalidade</b> da alma”</p> <p>pág. 62.</p>	<p><b>1.</b> Condição de imortal; <b>2.</b> Que há-de durar para sempre; <b>3.</b> Vida eterna</p>
Impostos	<p>“ Os cobradores de <b>impostos</b> visitavam regularmente as propriedades para recolher os tributos.”</p> <p>Pág. 59.</p>	<p><b>1.</b> Somas de dinheiro (ou género) que os habitantes de um país ou região são obrigados a pagar aos senhores, ao rei, ao Estado ou aos órgãos de administração local. <b>2.</b> Modernamente, são os impostos que permitem ao Estado administrar os serviços públicos e renovar os equipamentos colectivos.</p>
Mercantil	<p>“... escravagista e <b>mercantil.</b>”</p> <p>Pág. 103.</p>	<p><b>1.</b> Relativo a mercadores ou mercadorias; <b>2.</b> Que pratica o comércio; <b>3.</b> Interesseiro, <b>4.</b> Ambicioso, <b>5.</b> Especulador.</p>
Monarquia	<p>“... nas cidades-estados, a primeira forma do governo que vigorou foi a <b>monarquia.</b>”</p> <p>Pág. 80.</p>	<p><b>1.</b> Estado em que o chefe supremo é um monarca (rei); <b>2.</b> Forma de governo em que o poder supremo é exercido por um monarca. <b>3.</b> “Monarquia absoluta” é a forma de governo na qual todo o poder está concentrado no monarca. <b>4.</b> “Monarquia constitucional” é a forma de</p>

		governo na qual o poder do monarca é limitado por uma constituição.
--	--	---

Após a apresentação dos resultados da análise do glossário e com base nos instrumentos linguísticos estudados no projeto, pode-se denotar que o discurso que acarreta os termos pode gerar dúvidas aos manuseadores deste material. Levando com que seja difícil despertar o sentido do interlocutor para o microuniverso discursivo. A organização do plano textual deve ser precisa tendo em conta o interlocutor, ou melhor, o manuseador destes manuais. Todavia, é necessário que a situação de comunicação dos enunciados tenha em conta as práticas específicas instituídas pelo gênero em atividade. Uma vez que o texto, enquanto elemento de comunicação, deve ser um produto da interação social, não se restringindo somente as unidades linguísticas, mas sim ter presente no ato de produção as situações externas ao plano linguístico (sociais, culturais, psicológicas e outras).

## **CAPÍTULO III – A Proposta da Construção de um Glossário**

No presente capítulo apresentar-se-á alguns elementos concernentes às características e à função do glossário, enquanto instrumento que opera no domínio instrucional/educacional. Tratar-se-á de uma proposta da organização textual para a construção das definições de um glossário, tendo em atenção as práticas sociais inerentes a esta atividade e a situação de comunicação que deve obedecer este género. Com base no *corpus* em estudo desenvolver-se-ão melhorias na clareza e objetividade das definições dos termos do glossário no manual de História fazendo recurso aos instrumentos linguísticos utilizados neste projeto.

### **3.1. Características e função dos Glossários**

O glossário é um instrumento específico usado para elucidar as pessoas sobre palavras ou termos técnicos de uma determinada área ou assunto. São estas as especificidades que lhe são peculiares, pese embora, por vezes a sua atividade discursiva ser confundida com as dos dicionários, elucidários e vocabulários. A atividade discursiva concorrente neste instrumento é objetivada por uma determinada população (professores, alunos e outros interessados) para a compreensão e interpretação dos enunciados. O glossário surge para ajudar o interlocutor a compreender o direcionamento da interpretação dada pelo produtor nos textos principais (textos de partida dos enunciados). Porém, é importante que seja o mais claro e objetivo possível no domínio comunicacional, tendo em vista à atividade discursiva.

#### **3.1.1. Características do Glossário**

O produtor ao esquematizar o plano da organização textual desta atividade deve respeitar certos parâmetros inerentes à esta atividade discursiva. Tal como afirmou

Bronckart (2012:48) conhecer um gênero significa conhecer as suas condições de uso, sua pertinência, sua eficácia ou, de forma mais geral a sua adequação em relação às características desse contexto social. As características elencadas para este glossário serão aquelas que se adequam ao glossário do manual. Uma vez que a atividade discursiva é instrucional/educacional, então o plano da microestrutura textual deve ser organizado com este propósito comunicacional. É importante que na construção de um glossário se tenha em conta as seguintes características: apresentação dos termos técnicos desconhecidos, organização por ordem alfabética, o propósito comunicativo da atividade, e que seja apêndice de um manual.

a. O propósito sócio comunicativo da atividade

O propósito comunicativo deve atender as práticas sociais do gênero, isto é cada atividade profissional tem o seu próprio uso da língua e gera produções semelhantes, quer ao nível estrutural, quer em termos lexicais (van Dijk e Kintsch; 1983). Deve-se apresentar as referências para a compreensão das palavras específicas de um campo científico. Neste caso a comunicação desta atividade discursiva vai facilitar o leitor a compreender os termos especializados de uma determinada área na qual está focado o glossário. Quer dizer, as aceções dos enunciados devem corresponder ao contexto daquilo que foi a sua ocorrência nos textos principais. Dado que um dos principais pressupostos do glossário é a apresentação dos termos técnicos que não estão bem claros nos manuais de uma determinada área ou ciência. Tem como objetivo elucidar estes termos desconhecidos e são estes que darão corpo ao texto do glossário;

b. Organização por ordem alfabética

É imprescindível que no plano da organização textual estes termos estejam organizados por ordem alfabética de forma a facilitar a leitura e o manuseamento deste instrumento;

c. Remissão dos termos no glossário

Por norma é expectável o glossário aparecer como apêndice de um manual no qual existe uma relação intertextual entre os espaços principal e periférico do manual. Com o objetivo de contribuir com mais informações para a melhor interpretação do produto textual (Gentte; 1997). Para tal, deve haver uma remissão dos termos dos textos principais para o peritexto tendo em conta a paratextualidade.



### **3.1.2. Função do Glossário**

O plano microestrutural da organização textual do glossário tende a confundir-se com os outros instrumentos devido a sua função sociocultural, meramente descodificadora, e anuncia uma estrutura previsível (Valério; 2014:6). Muitas vezes o seu discurso por ter uma margem ténue com o discurso lexicográfico é confundido com este último. Contudo este instrumento tem uma situação de linguagem específica na sua atividade. Logo, o glossário tem a função de esclarecer os termos técnicos que estão previstos num paratexto. Encarrega-se de elucidar os consulentes de uma determinada área da ciência. Enquanto os outros instrumentos nomeadamente o dicionário tende a indicar o significado dos termos para um público em geral o contrário acontece com o glossário, ele visa atingir um público específico de uma determinada área. Dessa forma, Siqueira frisa que o mais importante não é a explicitação do significado, como na definição lexicográfica, ou mesmo o oferecimento descritivo de um conjunto de conhecimento como na definição enciclopédica. Na definição terminológica, o objetivo é fixar o significado do termo considerando as flexibilidades e empréstimos entre áreas, todavia, sendo capaz de oferecer aos usuários especializados ou leigos a compreensão do termo (Siqueira, 2016:19). A definição terminológica ajuda o utilizador a situar-se na organização conceptual, materializando, através da linguagem, as relações entre os conceitos de um domínio. Esta surge em glossários e dicionários especializados dentro de um domínio específico. Este instrumento trabalha na organização do plano microestrutural da definição dos referentes para facilitar o processamento da recuperação da informação de um determinado termo incomum que não ficou compreensível no momento da leitura nos textos principais. Para o seu funcionamento real é essencial que estes termos técnicos estejam apresentados de forma clara, objetiva e de um ponto de vista terminográfico.

### **3.2. Proposta de um Glossário**

A proposta que vai ser avançada é resultado daquilo que foi a análise feita ao glossário do manual de História do ensino de Angola. Decidiu-se remeter algumas melhorias tendo como base os instrumentos linguísticos estudados. Uma vez que se denotou que certos termos não foram constatados ao longo dos textos do manual, mas estão definidas no

glossário. Julgou-se necessário não contemplar estes termos na presente proposta de glossário, tendo em conta as relações intertextuais e sendo que não estão previstas nos textos principais. Entretanto, o glossário na sua qualidade de instrumento específico e esclarecedor de uma determinada área não se deve limitar à simples reprodução do verbo “ser” de um determinado enunciado, mas deve ter a função de comunicar de acordo o domínio sócio-discursivo da sua atividade. Deste modo, a definição mais útil é a que dê resposta eficaz às necessidades do usuário, permitindo passar do desconhecido ao conhecido tendo presente o contexto das relações intertextuais.

Desta feita, decidiu-se manter as aceções dos termos que se enquadram naquilo que são os contextos na qual ocorreram no paratexto. Entretanto, optou-se por apresentar um quadro em que estarão previstas numa coluna os termos a serem definidos, na outra coluna a definição dos termos no glossário de acordo com o manual e na última coluna a apresentar-se-á a definição proposta para o presente trabalho de projeto. Neste novo instrumento sistematizou-se a organização da classe gramatical das palavras em nomes para não existir a mesma discrepância que no glossário anterior.

Elaborou-se esta proposta de glossário adicionando exemplos nas definições, no sentido de gerar uma relação de coerência textual com os textos de partida (paratextualidade). Uma vez que a atividade concorre à instrução/educação é importante a clarificação do discurso com vista a dar resposta no glossário daquilo que foram as ocorrências dos termos nos textos de partida com a finalidade de deixar interpretável os referentes textuais aos manuseadores deste instrumento de ensino.

**Quadro 5 – Proposta do glossário para o manual de História da 7.<sup>a</sup> classe do I ciclo**

<b>Termos</b>	<b>Definição do Glossário no Manual de História.</b>	<b>Proposta de definição do Glossário.</b>
	Arte de construir edifícios. Podem distinguir-se a arquitectura civil (construção de casas, palácios, pontes,	Arte de construir edifícios. Podem distinguir-se a arquitectura civil (construção de casas, palácios, pontes, etc.), a arquitectura militar

<b>Arquitectura</b>	etc.), a arquitectura militar (construção de castelos, fortalezas, etc.) e a arquitectura religiosa (construção de templos, túmulos, etc.).	(construção de castelos, fortalezas, etc.) e a arquitectura religiosa (construção de templos, túmulos, etc.).  Exemplos: as construções das pirâmides, sarcófagos e outros do Egito antigo, as construções características da Grécia antiga e do antigo Império romano.
<b>Artesãos</b>	(O mesmo que artífice) pessoa especializada num ofício ou numa determinada arte manual. Tanto pode exercê-la por conta própria (isto é, sendo proprietária das ferramentas com que trabalha e de uma pequena oficina) como por conta de outrem.	Indivíduos que por meio de um processo manual transforma uma matéria-prima em arte. Eram assim considerados as pessoas da classe baixa nas civilizações fluviais que emprestavam o seu labor para a olaria, tecelagem, carpintaria e outros.  Exemplo: escravos (China) e camponeses (Egito).
<b>Bípede</b>	Designação de um animal que se desloca utilizando os dois pés.	Animal que anda sobre dois pés, condição física que o homem atingiu no processo de hominização, passou a locomover-se com os pés.
<b>Canibalismo</b>	Pessoa selvagem que come carne humana.	Prática do animal que come o da sua própria espécie. Refere o homem no processo de hominização que se alimentou de carne humana. Exemplo: homem de Neandertal
	Conjunto de famílias com um antepassado comum e que se	Grupo de pessoas unidas por um grau de parentesco ou não, que é definido

<b>Clã</b>	sentem socialmente solidarizadas por esse vínculo.	pela existência de um ancestral em comum.  Exemplo: os primeiros agrupamentos sociais da época do paleolítico.
<b>Democracia</b>	Sistema político que faz residir a fonte de soberania no conjunto da população (ou seja, o povo), sem qualquer tipo de discriminação. Um partido democrático subscreve este tipo de sistema político.	Sistema político em que a soberania é exercida pelo povo. Refere-se à atividade cívica e política exercida pelo povo ateniense em praça pública na Grécia antiga.  Exemplo: Cidade – estado de Atenas.
<b>Dinastia</b>	Conjunto de soberanos de uma mesma família e que transmite o poder de geração à geração	Sucessão de soberanos da mesma família. Refere-se ao antigo Egito (1ª à 18ª dinastia) e a China (as primeiras quatro dinastias do estado da China antiga).  Exemplo: dinastia faraónica e as antigas dinastias chinesas.
<b>Economia</b>	Conjunto das actividades humanas relacionadas com a produção, distribuição, consumo e aproveitamento de bens e serviços.	Atividade produtiva levada a cabo por uma determinada sociedade.  Exemplo: A atividade agrícola como base da dinastia Tcheu (China), a Macedónia que tinha como principal atividade económica a pecuária.
<b>Emigração</b>	Os emigrantes são os habitantes de um país que deixam a sua região ou Estado para ir viver noutra região.	Deslocamento dos povos de uma zona para se estabelecer noutra zona, povos que saem da sua zona para se fixarem em outra zona.

		Exemplo: povo Bakongo que fundou o reino do Congo.
<b>Esclavagista</b>	Partidário ou partidária da prática da escravatura.	Defensor da escravatura. Sistema democrático ateniense que admitia a escravatura como parte da sua organização económica e social.
<b>Escultura</b>	A arte plástica cujo meio de expressão é o volume e a forma; arte de esculpir; obra esculpida.	Arte de esculpir refere ao progresso alcançado pela arte nas civilizações mediterrânicas. Exemplo: as esculturas gregas.
<b>Hieróglifo</b>	Sinal desenhado usado na antiga escrita egípcia para representar uma palavra ou ideia.	Sinais desenhados na antiga escrita egípcia para representar palavras ou ideias. Exemplo: escritas das civilizações egípcias e hititas.
<b>Hipogeu</b>	Escavação subterrânea usada para depositar os mortos. Os hipogeus foram especialmente utilizados pelos Egípcios	Escavação subterrânea usada na antiguidade para depositar os mortos. Os hipogeus foram especialmente utilizados pelos Egípcios. Exemplo: tumba construídas no Império Novo do Egito antigo.
<b>Hominídeos</b>	Família de mamíferos primatas (Homo) de que a única espécie sobrevivente é o ser humano.	Pré – homens, na sua forma simiesca, é definida a classe dos primatas do qual o homem, o macaco, o chimpanzé, o orangotango são parte.
	O lento processo de evolução física e intelectual do ser humano, desde a sua fase mais	Lento processo de evolução física e intelectual do ser humano, desde a sua fase mais primitiva ao atual estágio de desenvolvimento. Exemplo: o estágio

<b>Hominização</b>	primitiva ao actual estágio de desenvolvimento.	de evolução do homem Australopiteco até ao homem atual.
<b>Hoplita</b>	Soldado de infantaria da Grécia Antiga que combatia revestido de uma pesada armadura.	Soldado de infantaria da Grécia antiga que combatia revestido de uma pesada armadura. Exemplo: principal soldado grego da antiguidade.
<b>Humanismo</b>	Doutrina centrada nos interesses e valores humanos; teoria que defende a dignidade do ser humano como valor absoluto; movimento que teve início no Renascimento e se caracterizou pela valorização do espírito humano, associada a uma atitude individualista e inquiridora inspirada pela redescoberta das obras e textos da Antiguidade.	Movimento intelectual característico do renascimento que consistia fundamentalmente na redescoberta, reinterpretação e edição dos interesses e valores do espírito humano, valorização da condição humana das obras e textos da antiguidade.  Exemplo: pinturas de Leonardo da Vinci e Michelangelo.
<b>Idealismo</b>	Tendência para apresentar a realidade segundo um modelo de perfeição.	Doutrina filosófica que nega a realidade das coisas do mundo senão a representação das coisas sob a forma ideal. Exemplo: representado pelas grandes esculturas gregas e egípcias
<b>Ideografia</b> (escrita)	Representação directa das ideias por imagens, sinais ou perfeição.	Sistema de escrita das civilizações antiga em que as ideias eram reproduzidas por imagens, sinais e outros objetos à perfeição. Exemplo: representação de ideias por meio de signos no antigo Egito.

<b>Iguais</b>	Pessoas da mesma categoria ou condição social.	Considerados os cidadãos da mesma condição social na Grécia antiga. Exemplo: os Espartanos.
<b>Imortalidade</b>	Condição de imortal; que há-de durar para sempre; a vida eterna	Condição de quem é eterno, condição de imortal atribuída aos soberanos egípcios. Exemplo: os Faraós.
<b>Imposto</b>	Tributo, contribuição financeira que o Estado exige das pessoas singulares e que pode incidir sobre remunerações, honorários e outros rendimentos, assim como a aquisição de imóveis ou determinados bens móveis, como artigos de luxo, etc. Quando é exigido de pessoas colectivas (geralmente empresas), incide sobretudo sobre os respectivos lucros.	Obrigaçāo financeira das pessoas singulares ao pagamento de monetário à uma autoridade legítima, no Egito antigo consistia no tributo que a população pagava às autoridades faraónicas.  Exemplo: o dinheiro que a classe baixa (artesãos, mercadores, camponeses e escravos pagavam aos escribas.
<b>Impostos</b>	Somas de dinheiro (ou género) que os habitantes de um país ou região são obrigados a pagar aos senhores, ao rei, ao Estado ou aos órgãos de administração local. Modernamente, são os impostos que permitem ao Estado administrar os serviços públicos e renovar os equipamentos colectivos.	Somas de dinheiro (ou género) que as autoridades legítimas impõem e exigem os seus habitantes à pagar, atividade conferida aos escribas no antigo Egito à cobrança da população. Exemplo: os escribas visitavam as propriedades para recolher os tributos.

<b>Latifúndio</b>	Propriedade agrícola de grande dimensão.	Propriedade agrícola de grande dimensão.  Exemplo: as enormes extensões de terra cultiváveis sob o domínio dos senhores latifundiários na antiga Roma.
<b>Magistrado</b>	Pessoa investida de autoridade administrativa numa determinada cidade ou estado.	Cidadão investido de poder administrativo e judicial.  Poder máximo de governação no antigo Egito, que os anciãos delegavam aos magistrados.
<b>Mercado</b>	Relativo a mercadores ou mercadorias; que pratica o comércio; interesseiro, ambicioso, especulador.	Local onde são realizadas as trocas comerciais, uma das características da economia da antiga Roma em que estava baseada nas trocas comerciais.
<b>Meteco</b>	Nome dado pelos Atenenses a um estrangeiro autorizado a residir na antiga Atenas.	Nome dado pelos atenienses a um estrangeiro autorizado a residir na antiga Atenas. Exemplo: os metecos asseguravam a economia de Atenas.
<b>Micenas</b>	Civilização grega da antiguidade (séculos XIX à V a.n.e.) que se desenvolveu a partir da cidade de Micenas.	Civilização grega da antiguidade (séculos XIX à V a.n.e.), Micenas foi um dos maiores centros da civilização grega e uma potência militar que dominou a maior parte do sul da Grécia.
	Deslocação temporária ou definitiva de qualquer tipo de	Deslocamento dos povos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente. Exemplo:



<b>Migração</b>	populações de uma região para outra.	às migrações do povo Bantu no continente africano.
<b>Mitologia</b>	Conjunto de lendas referentes a determinada cultura ou civilização.	Conjunto de lendas referentes a determinada cultura ou civilização.  Exemplo: o sistema de crenças religiosas e mitos gerados pela civilização grega.
<b>Monarquia</b>	Estado em que o chefe supremo é um monarca (rei); forma de governo em que o poder supremo é exercido por um monarca. “Monarquia absoluta” é a forma de governo na qual todo o poder está concentrado no monarca. “Monarquia constitucional” é a forma de governo na qual o poder do monarca é limitado por uma constituição.	Forma de governo em que o poder supremo é exercido por um monarca, sistema de governo que vigorou nas cidades – estados da Grécia antiga que era liderado por um monarca.  Exemplo: Atenas, Esparta e Tebas.
<b>Monetário</b>	Relativo a moeda.	Consiste na moeda em circulação, caracterizado pelas primeiras trocas de cariz monetário realizadas na dinastia Tcheu (China).
<b>Monoteísmo</b>	Religião baseada na crença num único Deus.	Sistema que reconhece a crença num único Deus, considerado o povo da antiguidade que acreditava num único deus. Exemplo: os judeus.
	Forma de governo em que o poder está nas mãos de um	Grupo de pessoas de uma classe social ou de uma família que detêm o

<b>Oligarquia</b>	pequeno número de indivíduos ou de uma família poderosa.	poder, verificado nas cidades – estados da Grécia em que o poder passou de um indivíduo para um grupo de indivíduos.
<b>Paleolítico</b>	Período da pré-história, também chamado “da pedra lascada” devido à utilização de instrumentos fabricados com pedra talhada.	Primeiro período da pré-história “pedra lascada” e o primeiro período da existência do ser humano na Terra. Exemplo: as ferramentas de pedra trabalhada pelo homem datados deste período.
<b>Papiro</b>	Um tipo de cana que crescia nas margens do Nilo. Na Antiguidade utilizava-se a sua haste para a cestaria. Descascando a haste e colando as tiras obtidas confeccionava-se uma folha na qual se podia escrever.	Planta naturalmente comum próximo aos rios da África e do Oriente Médio, mas podendo ser encontrada em quase todos os cantos do mundo. Consiste na matéria-prima para a confecção do papel de papiro.  Exemplo: usado entre os antigos egípcios como suporte para a escrita.
<b>Pictografia</b>	Ideográfico; respeitante a ideografia; representação das ideias por imagens ou símbolos.	Sistema de escrita das civilizações antigas que representava as ideias e os objetos por meio de desenhos rudimentares. Exemplo: o primeiro sistema de escrita do Egito antigo que antecedeu à escrita ideográfica.
<b>Polainas</b>	Peça de vestuário que protege a parte inferior da perna e a parte superior do pé, por fora e por cima do calçado.	Nome de uma peça de roupa que protege a parte inferior da perna e a parte superior do pé, por fora e por cima do calçado usada na antiga Grécia pelos espartanos.

		Exemplo: vestuário típico do exército espartano.
<b>Pólis</b> (do grego)	Cidade.	Do grego significa cidade – estado eram denominadas as cidades – estados na Grécia eram pequenos territórios localizados geograficamente no ponto mais alto da região.  Exemplo: Atenas e Esparta.
<b>Politeísmo</b>	Pessoa que adora vários deuses.	Sistema que admite a crença em vários deuses, os egípcios antigos que acreditavam em vários deuses. Exemplo: acreditavam em Ámon-Rá (deus do sol), Osíris (senhor dos mortos) e outros.
<b>Primatas</b>	Ordem de mamíferos que engloba o homem e os símios (macacos).	Ordem dos mamíferos geralmente conhecidos por macacos do qual o homem se distinguiu pela sua adaptação ao meio. Exemplo: o homem, macaco, chimpanzé, gorila.
<b>Racionalismo</b>	Tendência para a valorização da razão humana como única fonte de conhecimento, não admitindo o que a razão não pode compreender.	Teoria filosófica que confere valor a razão humana como única fonte do conhecimento, um dos contributos da Grécia antiga.  Exemplo: metafísica, ética e epistemologia.
	Governo legítimo mas opressor, cruel e injusto,	Governo legítimo mas opressor, cruel e injusto, a Grécia da antiguidade em

<b>Tiranía</b>	baseado apenas na autoridade do tirano.	que a autoridade era baseada na vontade do soberano.
----------------	---	--

## Conclusão

O projeto apresentado corresponde ao trabalho de mestrado em Consultoria e Revisão Linguística, o qual versou sobre a definição dos termos e dos conteúdos presentes no glossário do manual da 7.<sup>a</sup> classe, da disciplina de História do primeiro ciclo do ensino secundário da República de Angola, com o propósito de dar um contributo para a melhoria da qualidade no tratamento destes e outros termos que compõem o glossário.

Este trabalho de investigação teve como foco principal a análise da definição dos termos constados nos textos selecionados (glossário) do manual acima referenciado, levantamento de ocorrência nos segmentos dos textos e a sua definição no glossário, isto é, aspetos ligados às questões linguístico-textuais e não textuais que, de certo modo, abriu espaço para uma proposta do modelo para a construção de um glossário, partindo da perspetiva teórica do plano da organização textual, a esquematização ou grau zero da planificação, a paratextualidade e a construção da referência discursiva dado que a sua atividade sociodiscursiva é instrucional/educacional.

Conferiu-se que o glossário, enquanto género integrado numa atividade social, visa instruir os seus consulentes sobre a perceção de um determinado termo ou palavra uma vez que o objetivo do mesmo é especificar os termos e conteúdos menos conhecidos, sobretudo aquelas de natureza técnica e ligadas a área correspondente.

Este estudo suscitou maior interesse, pela experiência enquanto professor de História, devido a limitação na descrição das definições dos termos e conceitos, ligados à esta disciplina, que compõem o glossário do manual em estudo. Deste modo, analisou-se e descreveu-se as construções das definições nos textos do glossário e a sua ocorrência nos segmentos de textos, desde o ponto de vista linguístico e do plano da organização textual.

O glossário foi descrito e analisado na condição de género incluído, de outro modo, a organização do plano textual, nesta condição, deve ter uma relação com os textos principais onde os termos ocorrem. Procedeu-se a descrição e análise partindo dos textos selecionados

nos dois espaços do manual (segmentos de textos e o glossário), com vista a seguir os objetivos do trabalho referentes à relação entre a ocorrência dos termos nos textos principais e a sua definição no glossário. Da análise procedida, entre os dois espaços do texto, conseguiu-se constatar que existe uma certa inconformidade entre os espaços do manual ora abordados, isto é, por um lado, dificuldade para compreender a forma de tratamento dos termos nos segmentos de textos e sua remissão no glossário aonde são definidos; por outro lado, a descontextualização da definição de alguns termos no glossário e suas ocorrências nos segmentos dos textos do manual.

Depois do estudo feito, apresentou-se o resultado da análise dos textos do glossário com vista a levantar e apresentar as deficiências no campo do plano da organização textual porquanto, com estas insuficiências, podem gerar dificuldades na interpretação do interlocutor, se estas não forem suficientemente claras, tendo em atenção a sua atividade discursiva que é instrucional/educacional.

Tendo em atenção as inconformidades detetadas, foram propostas melhorias ao texto do glossário que possam contribuir a fim de facilitar a construção da referência discursiva e melhor compreensão dos seus consulentes, desde as perspetivas teóricas estudadas e os recursos das competências de consultoria e revisão linguística.

Por conseguinte, é indubitável que o plano da organização textual cumpra ou se adegue naquilo que são os propósitos comunicativos da prática social do género, no sentido de que esta situação de comunicação possa despertar o sentido do interlocutor e orientá-lo à forma do uso do glossário, a fim de ter mais esclarecimento sobre determinada definição.

Face às ideias avançadas no trabalho de projeto, espera-se que se tenha em conta e sirva de contributo para consulta na planificação da organização e produção textual de novos glossários, nas mais variadas áreas, em Angola. É importante que, no momento da esquematização, seja respeitado o plano da atividade social em que está inserido o género glossário, com intuito de não ser confundido com outra atividade discursiva. O INIDE, enquanto órgão competente na produção dos manuais e outros materiais ligados ao ensino em Angola, tem em conta os problemas apresentados pela reforma educativa. Por isso, solicita-se uma atenção neste estudo, mormente quando se trata do plano de organização da planificação textual, que ajuda e facilita na construção da referência discursiva para àqueles que consultam os manuais escolares.

## Referências Bibliográficas

1. **Adam**, Jean-Michel (2008) *A linguística textual. Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez Editora.
2. **Adam**, Jean-Michel (1997) “*Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre*” in *Revue belge de philologie et d’histoire* 665-681.
3. \_\_\_\_\_Academia das Ciências de Lisboa (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Ed. Academias das Ciências de Lisboa, Ed. Verbo, Lisboa.
4. **Aquino**, Lucelio, (2012) *O Cara, o Almoço e a Opinião: Uma Análise das Representações Discursivas no Discurso Mediático Opinativo* ([www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2012/Arquivos/áreastemáticas/Géneros textuais/6](http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2012/Arquivos/áreastemáticas/Géneros textuais/6)).
5. **Bernardéz**, Enrique (1995) *Teoría y epistemología del texto*. Madrid, Cátedra.
6. **Bronckart**, J.-P. (2005) *Os géneros de textos e os tipos de discurso como formato das interações de desenvolvimento*. In *Análise do Discurso*. Lisboa: Hugin Editores, pp. 39 – 79.
7. **Bronckart**, J.-P. (2003) *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo socio-discursivo*, trad. Ana Machado, Pérciles Cunha, São Paulo – EDUC, 2003.
8. **Bronckart**, J.-P. ([1997] 2012) *Atividade verbal, textos e discursos: Por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ.
9. **Bronckart**, J.-P. (1996) *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*, Lausanne, Delachaux et Niestlé.
10. **Caldes**, Ana (2009) *Esquematização e interpretação de texto(s)*. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 4, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2009, pp. 63-78.
11. **Charaudeau**, P. et **Maingueneau**, D. (2004) *Dicionário de Análise do Discurso*, coordenação Fabiana Komesu, 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 2006.
12. **Costa**, I. B. (2008) *Contribuição ao Debate Sobre a Entre Géneros Textuais e Suporte*, Revista Letras, Nº 75/76, Ed. VFPR, Curitiba.
13. **Coutinho**, Maria (1999) *Textos e Competência Textual*, Tese de Doutorado, F.C.S.H., Lisboa.
14. **CUNHA**, Celso & L. F. Lindley Cintra (2015) *Nova Gramática do Português*. Porto: JSC.

15. \_\_\_\_\_ *Dicionário de Termos Linguísticos* – Portal da L.P. ILTEC  
(<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action!=textual>).
16. \_\_\_\_\_ *Dicionário Terminológico* – Ministério da Educação e Ciência: Direção –  
Geral da Educação (<http://dt.dgic.min-edu.pt>).
17. **Genette**, Gérard. (1997) *Paratexts: Thresholds of interpretation*. Melbourne: Press  
Syndicate of the University of Cambridge
18. **Genette**, Gérard. (1982) *Palimpsestes: La littérature au second degré*. Paris: Ed. du Seuil,  
1982.
19. **Gonçalves**, M. et **Teixeira** (2014) *A Análise Temática de Textos: Entre o Interacionismo  
Sociodiscursivo e Semântica Textual*, C.: Estudos Linguísticos; 2014; .; Ed.  
Colibri/CLUNL; Lisboa.
20. **Gonçalves**, M. et **Teixeira** C. (2009) *Estudos Linguísticos*; 3ª Ed.; Ed. Colibri/CLUNL;  
Lisboa.
21. **Gourgel**, Aniceto (2000) *Pequeno Glossário de História*; 1ª ed.; Ed. Editora Angolense;  
Luanda.
22. \_\_\_\_\_ *Glossário* – aicep Portugal Global  
([www.portugalglobal.pt/PT/geral/Paginas/Glossario.aspx](http://www.portugalglobal.pt/PT/geral/Paginas/Glossario.aspx)).
23. **Grize**, Jean-Blaise (1990) *Logique et langage*. Paris: Ophrys.
24. **Horton**, W. (2011) *E. learning by Design*. San Francisco, CA: Willey – Pfeiffer.
25. **Lopes**, J. et **Capumba** P. (2006) *História 7 à 12ª Classe* ; Ed. Textos Editores, Lda; Luanda.
26. **Lopes** et al. (2018) *Da Comunicação à Expressão: Gramática Prática de Português, 3º  
Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário*, Ed. Raiz Editora, Lisboa.
27. **Houaiss**, António (2003) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Vol. III, Ed.  
Publicações Alfa, Lisboa.
28. **Machado**, José (1991) *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Vol. III, Ed. Publicações  
Alfa, Lisboa.
29. **Mateus**, Maria et. al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, 5º ed, Ed. Caminhos, Lisboa.
30. **Ministério** da Educação (2009) *Informação sobre a Implementação do Novo Sistema de  
Educação – Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário*, 1ª ed. Ed. INIDE.
31. **Ministério** da Educação (2014) *Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Reforma  
Educativa*, 1ª ed. Ed. INIDE.
32. **Miranda** F. (2012) *Géneros de Texto na Dinâmica das Práticas de Linguagem*; Ed.  
Cadernoscenpec.

33. **Miranda, F.** (2010) *Textos e Géneros em Diálogo*; Ed. Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa.
34. \_\_\_\_\_ *Mudança de Classe Gramatical: substantivo e adjetivo* ([https://portal.educacaoportal.com.br/Home/Artigos/ Educação](https://portal.educacaoportal.com.br/Home/Artigos/Educacao) e Pedagogia).
35. **Neto, João G. S.** (2016) *As Marcas Linguísticas na Construção das Representações Discursivas de Vítimas em Inquéritos Policiais*; Revista da Associação Portuguesa de Linguística; nº 2-10.
36. **N. Pedro et. al.** (2006) *Manual de História – 7ª Classe*; Ed. Livraria Mensagem; Luanda.
37. **Rastier, F.** (2012) *Arte y Ciencias del Texto* (Trad. Aguirre, E.) Madrid: Biblioteca Nueva.
38. **Rastier, F.** (1989) *Sens et textualité*, Paris, Hachette.
39. **Reis, Felipa** (2018) *Investigação Científica e Trabalhos Académicos- Guia Prático*, Ed. Edições Sílabo, Lisboa.
40. **Schmitz, Lygia** (2013) *Glossário: Uma Leitura para Além da Tradução; Uma Proposta para Além da Disciplina*, Revista Académica de Letras - Português, UOX, n.º 01, 2013/2
41. **Schneuwly, B. et Dolz, J.** (2004) *Géneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras.
42. **Siqueira, Jéssica, C.** (2016) *Glossário de Neologismos da Ciência da Informação*, São Paulo: Ed. AgBook.
43. **Soares Martins et Ferreira Vítor** (1996) *Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube*, Ed. Ediclube, Lisboa.
44. **Valério, A.** (2014) *O Género textual Glossário: problemas para o consultor e Revisor Linguístico*; FCSH; Dissertação de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística.
45. **Van Dijk, T. & Kintsch, W.** (1983) *Strategies of Discourse Comprehension*. New York, NY: Academic Press.
46. \_\_\_\_\_ *Verbo* (1999) *Enciclopédia Verbo, Luso-Brasileira de Cultura*, Ed. Século XXI, Lisboa.
47. [blogspot.com/2007/12transtextualidade](http://blogspot.com/2007/12transtextualidade)
48. <https://queconceito.com.br>
49. [www.angop.ao/angola/.../2018](http://www.angop.ao/angola/.../2018)
50. [www.infopedia.pt](http://www.infopedia.pt)
51. [www.priberam.pt](http://www.priberam.pt)
52. [www.significados.com.br/glossario/](http://www.significados.com.br/glossario/)



53. [www.sinonimos.com.br](http://www.sinonimos.com.br)

## Anexos

### Anexo – 1 Glossário do Manual

#### | GLOSSÁRIO

**Arquitectura** – arte de construir edifícios. Podem distinguir-se a arquitectura civil (construção de casas, palácios, pontes, etc.), a arquitectura militar (construção de castelos, fortalezas, etc.) e a arquitectura religiosa (construção de templos, túmulos, etc.).

**Artesão** – (o mesmo que “artífice”) pessoa especializada num ofício ou numa determinada arte manual. Tanto pode exercê-la por conta própria (isto é, sendo proprietária das ferramentas com que trabalha e de uma pequena oficina) como por conta de outrem.

**Bípede** – designação de um animal que se desloca utilizando dois pés (ou seja, que tem dois membros locomotores).

**Cabotagem** – navegação ao longo da costa e dos portos costeiros de um país ou região.

**Canibal** – pessoa selvagem que come carne humana.

**Cisma** – separação provocada pela recusa de reconhecer uma autoridade estabelecida. Em matéria de religião o cisma distingue-se da heresia na medida em que o primeiro se relaciona com a autoridade ou disciplina, enquanto a segunda é uma ruptura por divergência de doutrina.

**Clã** – Conjunto de famílias com um antepassado comum e que se sentem socialmente solidarizadas por esse vínculo.

**Córtex (cerebral)** – substância cinzenta que forma a maior parte do cérebro.

**Democracia** – Sistema político que faz residir a fonte da soberania no conjunto da população (ou seja, no povo), sem qualquer tipo de discriminação. Um partido democrático subscreve este tipo de sistema político.

**Diáspora** (do grego, “dispersão”) – este termo utiliza-se especialmente para designar as comunidades judaicas dispersas pelo mundo.

**Dinastia** – conjunto de soberanos de uma mesma família e que transmitem o poder de geração em geração.

**Economia** – conjunto das actividades humanas relacionadas com a produção, distribuição, consumo e aproveitamento de bens e serviços.

**Emigração** – os emigrantes são os habitantes de um país que deixam a sua região ou Estado para ir viver noutra região ou Estado.

**Eslavagista** – partidário ou partidária da prática da escravatura.

**Escultura** – a arte plástica cujo meio de expressão é o volume e a forma; arte de esculpir; obra esculpida.

**Hieróglifo** – sinal desenhado usado na antiga escrita egípcia para representar uma palavra ou ideia.

**Hipogeu** – escavação subterrânea usada para depositar os mortos. Os hipogeus foram especialmente utilizados pelos Egípcios.

**Hominídeos** – família de mamíferos primatas (*Homo*) de que a única espécie sobrevivente é o ser humano.

**Hominização** – o lento processo de evolução física e intelectual do ser humano, desde a sua fase mais primitiva ao actual estágio de desenvolvimento.

**Hoplita** – soldado de infantaria da Grécia Antiga que combatia revestido de uma pesada armadura.

**Humanismo** – doutrina centrada nos interesses e valores humanos; teoria que defende a dignidade do ser humano como valor absoluto; movimento que teve início no Renascimento e se caracterizou pela valorização do espírito humano, associada a uma atitude individualista e inquiridora inspirada pela redescoberta das obras e textos da Antiguidade.

**Idealismo** – tendência para apresentar a realidade segundo um modelo de perfeição.

**Ideográfica (escrita)** – representação directa das ideias por imagens, sinais ou símbolos.

**Iguais** – pessoas da mesma categoria ou condição social.

**Imigrante** – pessoa que entra num país estrangeiro para aí se estabelecer.

**Imortalidade** – condição de imortal; que há-de durar para sempre; a vida eterna.

## GLOSSÁRIO

**Imposto** – tributo; contribuição financeira que o Estado exige das pessoas singulares e que pode incidir sobre remunerações, honorários e outros rendimentos, assim como a aquisição de imóveis ou determinados bens móveis, como artigos de luxo, etc. Quando é exigido de pessoas colectivas (geralmente empresas), incide sobretudo sobre os respectivos lucros.

**Impostos** – somas de dinheiro (ou géneros) que os habitantes de um país ou região são obrigados a pagar aos senhores, ao rei, ao Estado ou aos órgãos de administração local. Modernamente, são os impostos que permitem ao Estado administrar os serviços públicos e renovar os equipamentos colectivos.

**Indígenas** (literalmente, "nascidos no interior") – diz-se dos habitantes originários de uma determinada região, por oposição aos invasores ou colonos que nela se instalam vindos de outras regiões.

**Jacente (estátua)** – que jaz; estátua esculpida sobre o túmulo de determinada personagem e que a representa.

**Latifúndio** – propriedade agrícola de grande dimensão.

**Magistrado** – pessoa investida de autoridade administrativa numa determinada cidade ou Estado.

**Mercantil** – relativo a mercadores ou mercadorias; que pratica o comércio; interesseiro, ambicioso, especulador.

✓  
**Meteco** – nome dado pelos Atenienses a um estrangeiro autorizado a residir na antiga Atenas.

✓  
**Micénica (civilização)** – civilização grega da Antiguidade (séculos XIX a V a.n.e.) que se desenvolveu a partir da cidade de Micenas.

**Migração** – deslocação temporária ou definitiva de qualquer tipo de populações de uma região para outra.

**Mitologia** – conjunto de lendas referentes a determinada cultura ou civilização.

**Monarquia** – Estado em que o chefe supremo é um monarca (rei); forma de governo em que o poder supremo é exercido por um monarca. "Monarquia

absoluta" é a forma de governo na qual todo o poder está concentrado no monarca. "Monarquia constitucional" é a forma de governo na qual o poder do monarca é limitado por uma constituição.

**Monetário** – relativo a moeda.

**Monocultura** – sistema de cultivo das terras assente numa produção ou cultura largamente dominante (opõe-se à policultura).

**Monoteísmo** – religião baseada na crença num único Deus.

**Oligarquia** – forma de governo em que o poder está nas mãos de um pequeno número de indivíduos ou de uma família poderosa.

**Paleolítico** – período da pré-história, também chamado "da pedra lascada" devido à utilização de instrumentos fabricados com pedra talhada.

**Papiro** – um tipo de cana que crescia nas margens do Nilo. Na Antiguidade utilizava-se a sua haste para a cestaria. Descascando a haste e colando as tiras obtidas confeccionava-se uma folha na qual se podia escrever.

**Pictográfico** – ideográfico; respeitante a ideografia; representação das ideias por imagens ou símbolos.

**Polaina** – peça de vestuário que protege a parte inferior da perna e a parte superior do pé, por fora e por cima do calçado.

**Policultura** – sistema no qual se praticam várias culturas na mesma exploração agrícola.

**Pólis** (do grego) – cidade.

**Politeísta** – pessoa que adora vários deuses.

**Primatas** – ordem de mamíferos que engloba o homem e os símios (macacos).

**Racionalismo** – tendência para a valorização da razão humana como única fonte de conhecimento, não admitindo o que a razão não pode compreender.

**Tiranía** – governo legítimo mas opressor, cruel e injusto, baseado apenas na autoridade do tirano.

## Anexo – 2 Segmentos de textos do manual de História da 7.ª classe do I ciclo.

### 2.1. As grandes fases do processo de hominização

Foram precisos milhões de anos para que o Homem se formasse como um ser distinto no mundo animal: um ser bípede, erecto dotado de mãos hábeis e de um cérebro complexo.

Essa formação iniciou-se quando certos primatas, na sua luta pela adaptação ao meio, foram adquirindo progressivamente os caracteres que definem a espécie humana. É precisamente o estudo desse longo e lento processo de mudanças – a que chamamos hominização – que te vai mostrar como nasceu o Homem.

#### SABES?

O conjunto de transformações que levaram um ramo de primatas, numa lenta evolução, a adquirirem características sucessivamente mais próximas da do homem actual é designado por hominização.

#### Os australantropos



##### **Australopiteco e *Homo habilis***

Na África do Sul foram encontrados vestígios de seres de aspecto muito primitivo. Evoluídos do ramo dos hominídeos e mais aparentados com os macacos, tinham uma capacidade craniana que andaria à volta dos 500 cm<sup>3</sup> e já utilizavam instrumentos muito rudimentares de pedra, osso e chifre. Deram-lhes o nome de australopitecos (fig. 4) e viveram em várias regiões da África há mais de 3 milhões de anos, embora permanecendo até muito depois.

Fig. 4. Australopiteco.

Outros hominídeos mais recentes receberam o nome de *Homo habilis*. Em 1972, um arqueólogo descobriu nas proximidades do lago Rudolf, no Quênia, o crânio e os ossos das pernas de um hominídeo que fabricou os mais antigos utensílios conhecidos e foi considerado como o primeiro *Homo habilis*.

#### Os arcantropos

##### **Pitecantropo ou *Homo erectus***

Uma fase perfeitamente demarcada das anteriores na longa evolução dos hominídeos é a do pitecantropo, ou *Homo erectus* (fig. 5), com uma caixa craniana de cerca de 800 cm<sup>3</sup>.



## 2.1. As grandes fases do processo de hominização

Os pithecanthropos viveram há 700 000 anos em vários locais da Ásia, África e Europa. Fabricavam instrumentos mais perfeitos (os bifaces), conheciam o fogo, que produziam por fricção ou por choque, e eram caçadores de animais de grande porte.

### Os paleantropos

#### Homem de Neandertal ou *Homo sapiens*

Há cerca de 150 000 anos, viviam na Europa central criaturas muito evoluídas nas quais alguns historiadores pretenderam ver o primeiro *Homo sapiens* (homem pensante, com inteligência). Receberam o nome de homem de Neandertal – a localidade da Alemanha onde foram encontrados os restos de um esqueleto desse tipo.

O homem de Neandertal (fig. 6) vivia em grupos numerosos com grande mobilidade. Fabricava instrumentos variados, recorrendo a técnicas avançadas e introduzindo-lhes elementos estéticos. Provavelmente praticou o canibalismo, mas é com ele que se encontram as primeiras provas de sepultamentos e ritos funerários.

### Os neantropos

#### O homem actual ou *Homo sapiens sapiens*

No Paleolítico superior, a raça dos homens de Neandertal desaparece, mas pensa-se que foi um dos seus ramos que permitiu à evolução humana dar um grande salto – o salto decisivo em que se define biologicamente o homem actual autêntico, o *Homo sapiens* denominado *Homo sapiens sapiens*. Este viveu há 40 000 anos e foi descoberto na gruta de Cro-Magnon, em França, e por isso lhe deram o nome de homem de Cro-Magnon (fig. 7).

O volume médio do seu cérebro era de 1500 cm<sup>3</sup>, e o seu aspecto exibia já traços dos mais importantes grupos raciais actuais: a raça amarela e o negróide, ou raça negra. O arco e a flecha deram-lhe o domínio sobre os outros animais, e nas grutas onde viveu criou belas obras de arte.



Fig. 5. *Homo erectus*.



Fig. 6. Homem de Neandertal.



Fig. 7. Homem de Cro-Magnon.

## 2.2. África, o "Berço da Humanidade"

Com a bipedia, os pés especializam-se na marcha e na corrida e, conseqüentemente, os braços e as mãos ficam libertos para a realização das mais variadas tarefas. Por sua vez, devido à posição erecta, o crânio passa a equilibrar-se a prumo sobre a coluna vertical. Como sofre menor pressão, não só se pode dilatar a cavidade cerebral, como se reduz o peso dos maxilares e se desenvolvem a boca e a faringe.

Mais adiante estudarás estes mecanismos, mas ficas desde já a saber que a bipedia e a verticalidade são as duas grandes condições para o aparecimento do Homem, na medida em que vão abrir caminho à habilidade manual, à progressiva cerebralização e à aquisição da linguagem.

Foi igualmente no continente africano que se acharam os traços dos seres que podem ser considerados como os primeiros homens – por isso, é legítimo afirmar que a África foi o "Berço da Humanidade".

Como podes verificar no mapa à direita, esses vestígios foram localizados na região oriental, onde igualmente habitaram os australopitecos. Foi também possível datá-los com precisão: os vários fragmentos de esqueletos de Olduvai (pág. 32, fig. 16) e do lago Turkana remontam à cerca de 2 milhões de anos; aos restos de ossos e utensílios do vale de Omo atribuem-se mais de 2,5 milhões de anos.

Os primeiros homens viveram, assim, na mesma época e nos mesmos lugares que os australopitecos. É, pois, difícil aceitar que descendessem destes. Talvez seja mais correcto admitir que derivaram ambos de um antecedente comum, ainda desconhecido. O certo é que os australopitecos acabaram por extinguir-se, ao passo que os novos hominídeos se expandiram largamente.



Fig. 15. As primeiras pegadas "humanas", descobertas em Laetoli, na Tanzânia.





### 2.3. As primeiras comunidades humanas

Há cerca de 500 000 anos, o homem descobriu o fogo. Este ajudou a melhorar o modo de vida das comunidades primitivas, servindo-lhes de iluminação durante a noite escura, como elemento de defesa contra os animais ferozes e, essencialmente, para cozinhar a carne crua. A partir de então, o ser humano introduziu o fogo nos mais variados domínios do seu quotidiano e este acabou por se tornar a sua primeira fonte energética auxiliar.



Fig. 29. O *Homo erectus* descobriu o fogo.

Nos primeiros tempos, os instrumentos usados na caça eram lanças de madeira com a ponta endurecida ao fogo. Além disso, os humanos recorriam a armadilhas como covas disfarçadas e organizavam batidas (perseguições organizadas de animais, em que estes eram empurrados para os desfiladeiros).

Mais tarde, a utilização do arco e da flecha permitiu a captura de espécies mais rápidas e melhorou o rendimento da caça.

A necessidade de se deslocarem através de áreas extensas, segundo o ritmo das estações, levava a frequentes mudanças de acampamento e impedia que os grupos humanos se fixassem.

Durante o Paleolítico, a pedra ocupou o primeiro lugar entre os materiais usados. Também terão sido usados outros utensílios de origem vegetal e animal, tais como a madeira, o osso, o chifre e as conchas, mas como estes são facilmente destruídos por acção da humidade e do tempo, não deixaram vestígios numerosos.

#### Culto dos mortos e da natureza

Durante o Paleolítico, cada grupo constituía uma unidade organizada segundo certas regras familiares ou de parentesco. A agregação social assente neste tipo de relações de parentesco chama-se clã.

No entanto, a protecção do clã não bastava para acalmar os sentimentos de medo e insegurança que assaltavam os seres humanos em muitos momentos da

## A constituição dos primeiros Estados

Com uma história que remonta a mais de três milénios a.n.e., o Egipto foi o mais antigo Estado politicamente organizado, com um corpo de executivos socialmente bem definido. Cruzado pelo rio Nilo, tornou-se um grande império através da união dos pequenos reinos inicialmente formados. A hierarquia social específica e a pirâmide de governação que se desenvolveram ao longo do tempo permitiram o surgimento de um dos Estados mais remotos da Antiguidade. A requintada arquitectura que desenvolveram permitiu a construção de grandes cidades cujo poder estava centralizado num rei absoluto – o “Faraó”.

A Suméria, banhada pelos rios Tigre e Eufrates, agrupava várias Cidades-Estados (doze ao todo). Era formada por territórios rurais com as suas aldeias de camponeses, no centro dos quais se encontrava um grande centro urbano, onde se situavam palácios, templos e mercados. As primeiras Cidades-Estados começaram a surgir no III milénio a.n.e., pelo que podemos considerar a Suméria como uma das mais antigas civilizações urbanas. Foi aí que nasceram algumas das primeiras instituições políticas e administrativas, as primeiras leis e as primeiras escolas. Cada Cidade-Estado suméria era independente, com o seu próprio governo, o seu exército e os seus deuses. Todavia, havia elementos comuns a todas elas, como a língua e a escrita. Inicialmente, as Cidades-Estados eram governadas por uma assembleia de cidadãos – os anciãos (geralmente os mais ricos e idosos), que delegavam os seus poderes num magistrado ou governador chamado *ens* ou *en*.

Porém, a monarquia hereditária viria a ser o sistema político adoptado por todos os Estados da Antiguidade, e os próprios sacerdotes acabaram por ser subordinados à autoridade real.

Nas margens dos rios Huang-Ho e Yang-Tsé-Kiang desenvolveram-se brilhantes civilizações que lançaram os fundamentos da civilização chinesa. Entretanto, no mesmo período surgiu junto aos rios Ganges e Indo a secular civilização indiana, cuja projecção chegou até aos nossos dias.

Séculos mais tarde, à beira do Mediterrâneo, apareceram ainda outras civilizações: Fenícia, Creta, Grécia e Roma. As três primeiras eram também constituídas por Cidades-Estados, enquanto Roma foi inicialmente uma cidade que evoluiu para República e mais tarde para Império.

Este ano iremos estudar apenas o Egipto e a China e as civilizações mediterrânicas da Grécia e Roma.



### As actividades económicas

A vida económica do Egipto dependia sobretudo do Nilo e do solo que ele irrigava e enriquecia. A maior parte das terras pertenciam ao rei, aos templos (o mesmo é dizer aos sacerdotes que o dirigiam) e aos grandes senhores nobres (governadores das províncias, importantes funcionários régios e outros). Os camponeses trabalhavam nestas terras desde o final da inundação até armazenarem as colheitas.

Nas margens do Nilo cultivavam-se principalmente os cereais (trigo, centeio e cevada), mas também o linho, o vinho, os legumes e os frutos. Os campos eram regados através de canais ou elevando a água com o *chaduff* – um antepassado das nossas picotas ou cegonhas. Utilizavam-se arados, enxadas e foices.

Também a pecuária teve um grande desenvolvimento no Egipto. Os Egípcios criavam gado bovino (utilizado no trabalho e na alimentação), burros (sobretudo para transporte de cargas) e carneiros, além de muitos outros animais domésticos.



Fig. 5. O Nilo.



Fig. 6. Uma pintura representando ourives, marceneiros, joalheiros e gravadores do antigo Egipto.

Nos meses de Verão, enquanto durava a cheia e não eram possíveis os trabalhos agrícolas, os camponeses ocupavam-se nas grandes obras públicas ou dedicavam-se ao artesanato. No entanto, havia também muitos artesãos especializados: metalúrgicos, ourives, tecelões, ceramistas, pedreiros e artistas (as figs. 7 e 8, na página seguinte, permitem apreciar belos exemplos das suas extraordinárias obras de joalharia). Aliás, em muitas das cidades, sobretudo na zona do

### 3.1. As civilizações fluviais

(o reino do Alto Egito) e outro ao norte (o reino do Baixo Egito). Por volta de 3200 a.n.e. deu-se a unificação do Alto e do Baixo Egito. Esta união foi conseguida – segundo a tradição recolhida por Herodoto – por acções de um poderoso rei de nome Menés, o fundador da 1.ª Dinastia. Esta união, a despeito da sua instabilidade, durou perto de vinte séculos.

A história do Estado egípcio pode dividir-se em três períodos, ou ciclos: o Império Antigo, o Império Médio e o Império Novo. Estes períodos são separados uns dos outros, em geral, por épocas de crise e de perturbações. Cada um dos períodos inclui várias dinastias.

#### **Império Antigo – da 1.ª à 12.ª dinastia (3500 a 2000 a.n.e.)**

Neste período, o poder central instaurado em Mênfis, a capital, reforça-se. São conduzidas várias expedições contra os povos vizinhos: a sul, na Núbia; a leste, no Sinai; e a oeste, na Líbia.

É a época em que são construídas as pirâmides de Kéfren, Quéops e Miquerinos – nomes de faraós célebres.

Porém, perturbações internas e incursões de tribos de Hicsos vindas da Arábia põem fim a este período.

#### **Império Médio – da 12.ª à 18.ª dinastia (2000 a 1580 a.n.e.)**

A unidade do reino é restabelecida e os invasores expulsos. A capital é transferida para Tebas, no sul do país. Realizam-se então grandes construções de templos, túmulos e palácios que revelam o grande poder e riqueza dos faraós.

A sul, a Núbia é conquistada até à 2.ª Catarata e a influência da civilização egípcia estende-se além fronteiras.

No entanto, os Hicsos, nome que os Egípcios davam aos povos estrangeiros provavelmente vindos da Ásia, instalam-se na região do delta do Nilo e submetem todo o Egito à sua autoridade durante séculos.



### 3.1. As civilizações fluviais

outros conhecimentos relativos à administração, aos impostos, etc. Ocupavam lugares de responsabilidade, como funcionários do faraó, dos templos ou dos grandes senhores locais e, frequentemente, enriqueciam.

Na escala seguinte encontrava-se o grupo dos artesãos.

Os estratos inferiores da sociedade egípcia eram constituídos pelos grupos mais numerosos da população – artesãos, mercadores, camponeses e, finalmente, os escravos.

Boa parte dos artesãos trabalhava para os grandes senhores nas oficinas dos templos e dos palácios reais ou na construção dos túmulos. No entanto, existiam muitos outros artífices trabalhando em regime livre.

Os camponeses constituíam cerca de 90% da população egípcia e formavam a base da pirâmide social. Cultivavam, como já sabes, as terras do faraó, dos templos e dos nobres. Os cobradores de impostos visitavam regularmente as propriedades para recolher os tributos.

Como verificaste, na pirâmide social egípcia existiam vários estratos sociais (ou níveis) bem diferenciados. Tratava-se, portanto, de uma sociedade fortemente estratificada, em cujo topo se encontrava o faraó.



Fig. 9. A pirâmide das classes sociais egípcia.

#### 2 VÊ SE SABES...

1 – Indica a ordem de importância dos seguintes grupos sociais do antigo Egipto.

- |                                     |                                       |
|-------------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Nobres     | <input type="checkbox"/> Comerciantes |
| <input type="checkbox"/> Escribas   | <input type="checkbox"/> Camponeses   |
| <input type="checkbox"/> Sacerdotes | <input type="checkbox"/> Escravos     |

2 – Assinala no mapa do Egipto que vês à direita com as respectivas letras: A) o Rio Nilo; B) o Mar Vermelho; C) o Alto Egipto; D) o Baixo Egipto; E) o Deserto Árábico; F) o Deserto Líbio.



### 3.1. As civilizações fluviais

#### O legado à Humanidade: escrita, ciência, religião e arte

##### a) Escrita

No Egito desenvolveu-se um sistema de escrita que começou pela simples representação dos objectos (fase pictográfica), passando depois à representação de ideias e de sons (fase ideográfica).

A escrita egípcia utilizava centenas de sinais – os hieróglifos – que os escribas aprendiam em escolas especiais.

Embora encontremos escrita egípcia gravada na pedra ou em pinturas murais, os egípcios usavam também o papiro – uma espécie de papel feito com fibras do caule de uma planta abundante nas margens do Nilo.



Fig. 10. Pilar gravado com hieróglifos num templo de Carnéque.

A escrita hieroglífica foi difícil de decifrar, e isso só aconteceu devido ao esforço de Jean François Champollion, um arqueólogo francês do século XIX. Após vinte anos de pesquisas e graças a uma inscrição que possuía o mesmo texto em Egípcio e em Grego (a "Pedra de Roseta"), contribuiu decisivamente para o progresso no conhecimento da história do Egito Antigo.

##### b) Ciência

Apenas um pequeno número de Egípcios sabia ler e escrever. A cultura era, portanto, um privilégio reservado a uma minoria.

A maior parte das obras literárias egípcias eram de carácter religioso: entre as mais importantes conta-se o "Livro dos Mortos", que era colocado nos túmulos pois continha orações, conselhos morais, hinos ao deuses (com os famosos "Hino ao Nilo" e "Hino a Áton") e provérbios. No entanto, os egípcios escreveram também contos populares, relatos das proezas militares dos faraós e até descrições da vida quotidiana.



### 3.1. As civilizações fluviais

O avanço dos conhecimentos no domínio de algumas ciências foi notável entre os Egípcios – claro que não se tratava ainda de um saber verdadeiramente científico, mas apenas de conhecimentos práticos acumulados e transmitidos de geração em geração, resultantes da experiência e da observação. Por outro lado, esses conhecimentos misturavam-se frequentemente com as práticas religiosas e mágicas. Aliás, eram os sacerdotes quem detinha a maior parte do saber, sobretudo o que se relacionava com a observação dos astros, servindo-se dele para reforçar o seu poder e o seu prestígio. Os Egípcios estudaram a posição e movimento dos astros, o que lhes permitiu prever eclipses do Sol e da Lua, medir o tempo e elaborar um calendário: dividiram o ano em 365 dias, o dia em 24 horas e a hora em 60 minutos.

Os seus razoáveis conhecimentos nos domínios da Matemática e da Geometria estão provados pela construção de grandiosos monumentos. Sem esses conhecimentos não teria sido possível construir obras tão gigantescas e, simultaneamente, tão exactas, como as grandes pirâmides de Gizé. Por outro lado, as práticas ligadas à agrimensura (medição dos campos) para efeitos de lançamento dos impostos, contribuíram também para o desenvolvimento da Geometria.



Fig. 11. Uma múmia egípcia no interior de um sarcófago.

Por sua vez, a mumificação conduziu ao aperfeiçoamento da Medicina. Ao abrirem os corpos, por certo aprenderam a conhecê-los por dentro e a relacionar as anomalias que observavam com os sintomas das doenças. Existem papiros com centenas de diagnósticos de doenças e respectivas terapias. No entanto, a sua medicina encontrava-se ainda penetrada de feitiçaria e superstição.

#### c) Religião

Os Egípcios foram um povo extremamente religioso. Acreditavam na existência de numerosos deuses, isto é, eram politeístas. Os seus sacerdotes elaboraram, ao longo de séculos, uma religião complexa, composta de mitos e lendas acerca das divindades, da vida e da morte.

Cada região tinha os seus deuses, mas alguns, mais prestigiados, acabaram por ser adorados em todo o Egito, como Ámon-Rá, o deus-Sol (fig. 12).

### 3.1. As civilizações fluviais



Fig. 12. Estatueta representando Amun-Ré

As outras divindades mais importantes eram Osíris, senhor do mundo dos mortos, e Isis, sua esposa; Horus, o deus-falcão, protector dos faraós; Thot, deus da sabedoria; a deusa Hator, símbolo da fecundidade; e muitos outros.

Alguns destes deuses eram representados com forma humana, outros com formas mistas, humana e animal, e outros ainda simplesmente como animais.

Para celebrarem o culto dos deuses, os Egípcios construíram inúmeros templos, alguns de dimensões grandiosas. Os templos tinham numerosos sacerdotes, sacerdotisas, escribas e outras pessoas ao seu serviço. Dispunham de grandes propriedades, armazéns e oficinas – e as ofertas feitas pelos fiéis constituíam um rendimento suplementar (na tabela representada na fig. 13 pode apreciar os enormes rendimentos de alguns desses templos).

Boa parte da riqueza produzida no Egito era destinada à religião: na construção de templos, na manutenção do culto e do clero e também na reparação da vida para além da morte.

Na verdade, os Egípcios admitiam que depois da morte existia uma outra vida, isto é, acreditavam na imortalidade da alma. Após a morte, a alma ia comparecer no tribunal de Osíris, onde seria julgada (fig. 14). Se a sua vida terrena o merecesse, recebia como recompensa a vida eterna. Para isso era necessário que o corpo se conservasse incorrupto, pois só assim a alma poderia voltar a habitá-lo.

		Tebas	Heliópolis
Bens dos templos	Homens	81 322	12 263
	Gado	421 362	45 544
	Carrões	2 365 km <sup>2</sup>	441 km <sup>2</sup>
	Ardeus	66	100
Contribuições pagas pelos súditos dos templos	Ouro	51 600 kg	
	Prata	997 806 lb	83 261
	Cobre	2 385 120 kg	114 660 kg
	Vinho	25 400 potes	2 360 potes
	Cereais	309 950 sacos	77 100 sacos

Fig. 13. A riqueza dos templos egípcios em duas grandes cidades

Os corpos dos mortos eram então embalsamados por especialistas: retiravam-lhes as vísceras e o cérebro, mergulhavam-nos em salmoura durante setenta dias e recheavam-nos com vários conservantes. Depois disso, a múmia era envolvida em faixas de linho, colocada no interior de um sarcófago de madeira (ou de ouro, nalguns casos) e colocada no túmulo, juntamente com alimentos, utensílios, estatuetas representando os servi-





### 3.1. As civilizações fluviais

Dos vários clãs estabelecidos em comunidades aldeãs no vale do Huang-Ho sobressaiu o mais poderoso – o dos Chang, que conseguiu dominar todos os outros por volta de 1500 a.n.e. e se expandiu pelas regiões centrais e inferiores do rio.

Surgiu assim o primeiro Estado da China Antiga, limitado a uma pequena extensão territorial. O resto do país continuou dividido em territórios habitados por várias tribos, umas de agricultores e outras de criadores de gado nómadas.

O chefe dos Chang tornou-se um chefe hereditário que acumulava as funções de sacerdote. À sua volta juntava-se uma aristocracia formada por membros da sua família e outros nobres dos clãs submetidos. Era entre eles que se recrutavam os funcionários e os chefes guerreiros.

Os principais produtores na sociedade Chang continuaram a ser os camponeses, agrupados em comunidades aldeãs que conservavam ainda fortes características do regime comunitário.

O Estado Chang (também designado como "Yin") desapareceu na segunda metade do século XI a.n.e. e, com a invasão de um grupo étnico aparentado aos Chan, foi anexado e uma parte da população reduzida à escravidão.

Surge assim um vasto Estado que ocupava o vale do Huang-Ho, a bacia do Han e o curso médio e inferior do Yang-Tsé-Kiang.

#### **A dinastia Tcheu (1122 a 247 a.n.e.)**

A época dos Tcheu caracterizou-se por um desenvolvimento muito rápido das forças produtivas.

A agricultura praticada pelas comunidades aldeãs continuava a ser a base da economia, mas houve paralelamente um grande desenvolvimento do artesanato: a tecelagem, a marcenaria, a olaria e outros ofícios aperfeiçoaram-se. Em virtude da divisão do trabalho, o comércio aumentou e surgiram as primeiras trocas de carácter monetário (cauris e objectos de



## 3.2. As civilizações mediterrânicas

Foi nas margens do Mediterrâneo que tinham nascido as primeiras civilizações marítimas, e foi ainda olhando o mesmo mar que Atenas e outras cidades gregas levaram mais longe a descoberta do homem por si mesmo. A Grécia deu à humanidade um legado prodigioso: as primeiras sociedades democráticas, com elas, a afirmação dos grandes valores humanos – a igualdade de direitos, a procura da verdade e a serena harmonia das formas de arte.

### 3.2.1. A Grécia

#### Esboço histórico

É habitual dividir a história da Grécia em quatro períodos principais: o período Pré-Homérico (do século XX ao século XII a.n.e.), o período Homérico (do século XII ao século VIII a.n.e.), o período Arcaico (do século VIII ao século VI a.n.e.) e o período Clássico (do século V ao século IV a.n.e.).

#### Período Pré-Homérico (do século XX ao século XII a.n.e.)

O primeiro período da história da Grécia respeta ao seu povoamento por uma fusão de quatro povos de raiz Indo-europeia – os Jónicos, os Aqueus, os Eólicos e os Dóricos –, que conquistaram a Grécia em várias vagas a partir de 2000 anos a.n.e. Os Jónicos exterminaram ou escravizaram os povos que primitivamente habitavam a região, chamados Pelasgos. Mais tarde fundaram muitas cidades, tendo-se notabilizado a civilização de Micenas pelos seus belíssimos palácios.

Por volta do século XII a.n.e., os Dóricos, os últimos invasores, atingiram o apogeu da sua expansão conquistando a ilha de Creta, onde outrora se tinha desenvolvido a brilhante civilização Minóica.

#### Período Homérico (do século XII ao século VII a.n.e.)

Este período foi chamado "Homérico" porque as maiores fontes para o seu estudo são as duas principais obras da literatura grega – a "Ilíada" e a "Odisseia", cuja autoria é atribuída ao poeta Homero.

Essas duas obras relatam, respectivamente, a Guerra de Tróia (a cidade de Ilion) e aspectos da vida quotidiana dos gregos de então (a "Ilíada").

### 3.2. As civilizações mediterrânicas

o regresso à pátria dos heróis da guerra de Tróia, com destaque para as viagens do herói grego Ulisses (ou Odisseu, que deu o nome à "Odisséia").

#### Período Arcaico (do século VIII ao século VI a.n.e.)

Este período caracterizou-se pela formação das Cidades-Estados gregas ("pólis"). As lutas internas na Grécia obrigaram os aristocratas a unir-se em irmandades (ou "fratrias"), que reuniam um conjunto de comunidades formadas por numerosas famílias ("genos") chefiadas por um "pater familiares". Por sua vez, estas uniram-se formando tribos, e foi a união dessas tribos que deu origem à "Pólis".

#### Período Clássico (do século V ao século IV a.n.e.)

Este período abrange as duas guerras contra os Persas (as Guerras Médicas), o apogeu da cidade de Atenas durante o Século de Péricles, as guerras internas que resultaram na luta pela hegemonia entre Esparta e Atenas (a Guerra do Peloponeso), e a posterior conquista da Grécia por Filipe II, rei da Macedónia, em 338 a.n.e.

#### As Guerras Médicas

As Guerras Médicas (também chamadas Guerras Pérsicas) deveram-se ao choque de interesses imperialistas e expansionistas entre os povos Grego e Persa, pois cada um deles se sentia ameaçado pelo poder do outro.

Assim, Mileto, uma das mais importantes cidades gregas da Ásia Menor, rebelou-se contra o domínio persa e foi ajudada por Atenas. Dario, o rei dos Persas, aproveitou-se desse facto para declarar guerra aos Gregos. Foi esse o evento que despoletou directamente as Guerras Médicas.

A primeira Guerra Médica foi vencida pelos Atenienses na batalha de Maratona (490 a.n.e.). Na segunda Guerra Médica, os Persas foram também vencidos na batalha de Salamina (480 a.n.e.). Depois dessas derrotas, os Persas perderam os territórios que haviam conquistado e tiveram de retirar para as suas fronteiras antes da guerra.

A vitória contra os Persas, em grande parte devida ao contributo dos Atenienses, aumentou o prestígio desta cidade e levou a que Atenas e outras



### 3.2. As civilizações mediterrânicas

ciudades gregas se organizassem na confederação de Delos, mas Esparta e as cidades do Peloponeso não aderiram a ela.

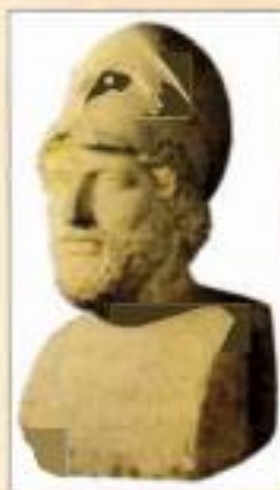


Fig. 1. Péricles.

#### O Século de Péricles

Fortalecida pelo prestígio e riqueza que resultaram da sua liderança nas Guerras Médicas, a cidade de Atenas atinge então o apogeu. A democracia floresce e é notável o seu esplendor intelectual, sobretudo sob a direcção de Péricles, que governou a cidade entre 461 e 429 a.n.e. Foi em homenagem a este homem que o período recebeu o nome de "Século de Péricles".

O desenvolvimento é notável na arte, na literatura e na construção de grandes monumentos.

Dizia Péricles *"... o nosso governo chama-se democracia porque a sua administração não pertence e nem está em poder de poucos, mas sim de muitos..."*. Apesar disso, a democracia ateniense assentava ainda num sistema esclavagista.

#### A Guerra do Peloponeso

O poder então adquirido por Atenas e a sua política imperialista despertaram, porém, conflitos com outras cidades, em especial Esparta, que com ela disputava a hegemonia sobre os Gregos. Esta situação acaba por conduzir à devastadora Guerra do Peloponeso (431–404 a.n.e.), que opôs as duas cidades e seus aliados e acaba com a humilhante derrota de Atenas.

#### A conquista da Grécia por Filipe II

A vitória de Esparta na Guerra do Peloponeso não conduziu, no entanto, a uma situação de estabilidade. O seu autoritarismo rapidamente se torna odiado pelas outras cidades, incluindo algumas que tinham sido suas aliadas. Depois de uma nova guerra, tem de se aliar ao velho inimigo Persa para impôr o seu domínio sobre a Grécia (403–378 a.n.e.).

Esta traição renovou os conflitos, e a partir de então três grandes cidades disputam a supremacia sobre os Gregos: Esparta, Tebas e Atenas.

### 3.2. As civilizações mediterrânicas

Havia muitas cidades-estados na Grécia, mas as mais importantes eram Atenienses e Esparta. Além dessas foram fundadas muitas outras em territórios colonizados pelos Gregos, não só no mar Egeu como em paragens mais distantes. Na Sicília, numa ilha a sul da península itálica, adquiriu grande prestígio a cidade-estado de Siracusa.

As pólis já se encontravam em embrião nos numerosos reinos em que a Grécia se dividia nos tempos homéricos. Todavia, é em meados do século VIII a.n.e. que aparecem definidas com todos os seus elementos. Uma pólis é, fundamentalmente, uma unidade política independente. Tem, portanto, as suas leis e formas de governo próprios e ocupa um território com fronteiras delimitadas em relação aos dos vizinhos.

Esse território, geralmente de reduzidas dimensões, abarcava uma zona com as suas vilas e aldeias e tinha como centro dominante uma cidade.

Originalmente, no período homérico, a palavra "pólis" designava um mercado urbano construído quase sempre junto a uma elevação. Na parte alta – a acrópole (de *akros* = "superior" + *pólis* = "cidade") – situavam-se os templos, o palácio do rei e a sede da assembleia, vulgarmente protegidos por uma cintura de muralhas. Na parte baixa, além das casas de habitação, ficava a ágora, ou praça pública, onde tinha lugar o mercado e que era o sítio de encontro habitual dos cidadãos.

A importância económica das cidades foi crescendo porque era aí que se faziam as principais trocas comerciais. Devido a isso, foram atraindo uma população cada vez mais numerosa. Como eram também o centro da vida política e religiosa, compreende-se que se tomassem, de facto, a cabeça dos territórios circundantes. Assim, no século VIII a.n.e., a palavra pólis passou a designar apenas a cidade propriamente dita, mas também o conjunto de habitantes de todo o território de que a cidade era o centro.

O nascimento das cidades-estados marca uma nova época na história da Grécia. No período homérico, todos os homens – senhores ou servos – viviam integrados nos seus gênos, que constituíam unidades quase independentes. As pólis permitiram unir os gênos em comunidades mais vastas, transformando os homens em cidadãos.

Nas cidades-estados, a primeira forma do governo que vigorou foi a monarquia. Esta tinha as mesmas características em quase todas as cidades-estados.





### 3.2. As civilizações mediterrânicas

uma vida sóbria e frugal, assim como uma dura disciplina que se ia delineando desde o berço para se manifestar intensamente a partir dos 7 anos.

A criança, que pertencia ao Estado depois dos 7 anos de idade, vivia em estabelecimentos públicos com funcionários especiais. Levava uma vida de caserna sem comodidades e era propositadamente exposta às intempéries e, por vezes, à própria fome. A música e o canto eram elementos centrais desta educação, tão escassa sob o ponto de vista intelectual e tão rígida sob o ponto de vista militar. O chefe que presidia a esta organização era designado pelos magistrados (*éforos*) e tinha como auxiliares os "flageladores", sempre prontos a castigar os educandos quando estes não eram suficientemente astuciosos, hábeis ou prudentes.

#### Organização política

À frente da cidade de Esparta encontravam-se dois reis hereditários. Em tempo de guerra, um deles permanecia na cidade e o outro presidia ao conselho militar. Estes reis não tinham poderes absolutos: a sua actividade era controlada por outras instituições.

Os *éforos*, em número de cinco, eram os magistrados da cidade e os verdadeiros detentores do poder, que obtinham por eleição anual. Controlavam toda a actividade política e militar.

O *senado* (ou *Gerúsia*) era composto por uma assembleia de vinte e oito membros, em que participavam os reis. Só podiam pertencer ao Senado os anciãos com mais de 60 anos, que eram escolhidos por uma assembleia popular com direito de aclamação.

Na *Assembleia do Povo* tomavam parte os espartanos com mais de trinta anos de idade. Estes votavam as leis e elegiam os magistrados (*éforos*) e os membros do Senado. Uns e outros eram eleitos por aclamação.

#### As classes sociais

Os únicos cidadãos eram os Espartanos, ou Iguais. Descendentes dos antigos conquistadores dóricos, constituíam uma minoria dominadora da população – cerca de dez mil durante o Período Clássico. Por direito e obrigação, somente podiam exercer a carreira militar, sendo-lhes interditas as actividades comerciais, o artesanato ou a agricultura.



### 3.2. As civilizações mediterrânicas

Os *periecos* eram descendentes dos antigos vencidos ou de povos recém estabelecidos na Lacónia. Não tinham direitos políticos, mas reconhecia-se-lhes o direito de dispor de pessoas e de bens. Exerciam geralmente actividades comerciais ou artesanais.

Os *hilotas* constituíam a classe inferior, desprovida de quaisquer direitos. Viviam presos à gleba e cultivavam as terras em benefício dos Espartanos. O seu número crescente preocupava os Espartanos, que autorizavam, por vezes, os jovens livres a exercerem neles grandes morticínios como treino militar.

O exército espartano era formado por *hoplitas*, cujo armamento consistia em capacete, escudo, lança e espada. Todos usavam também polainas metálicas.

Os *hoplitas* não eram os únicos soldados de Esparta, pois também os *hilotas*, providos de armas ligeiras, além de outros aliados, acompanhavam os exércitos. A partida para a guerra era sempre precedida de um sacrifício religioso realizado por um dos reis. As marchas eram acompanhadas por hinos guerreiros entoados pelos soldados e modulados ao som de flautas. A superioridade dos *hoplitas* não ficou a dever-se somente à sua excelente preparação física, mas também ao emprego de uma nova táctica militar – a *falange*.

Esparta tinha um governo de carácter militar, sobretudo porque os Espartanos temiam as revoltas dos *hilotas*. Todos os espartanos capazes de usar armas eram chamados ao serviço militar, e todos os cuidados eram postos na preparação física dos jovens – que deviam estar aptos a suportar a dor e as privações. Daí a necessidade de lhes desenvolver uma grande capacidade de resistência. Toda a sua vida era feita em comum com os outros cidadãos, existindo mesmo mesas colectivas onde lhes serviam as refeições.

Os Espartanos andavam armados até em tempo de paz. Viviam em acampamentos militares e realizavam permanentemente vários exercícios militares, como a marcha, a corrida ou o arremesso de lanças.

#### b) Atenas, berço da democracia

Atenas estava situada na Ática, uma península vasta e montanhosa. As suas características eram muito diferentes das de Esparta. Enquanto esta era uma cidade continental e aristocrática, Atenas tornou-se uma metrópole marítima e comercial.

## 3.2. As civilizações mediterrânicas

continuaram sem quaisquer direitos políticos – os estrangeiros, os escravos, as mulheres e as crianças.

Clistenes criou também o ostracismo. Este consistia na cassação dos direitos políticos e degredo (exílio) por 10 anos para todos os cidadãos que ameaçassem o regime democrático.

### As classes sociais

A mais poderosa classe social em Atenas era a dos Eupátridas (os “Filhos de Cidadãos”). Constituíam a aristocracia e eram aqueles cujos antepassados tinham sido os fundadores de Atenas.

Os metecos (estrangeiros) não dispunham de privilégios políticos. Podiam, no entanto, exercer actividades económicas ou intelectuais e até algumas sociais.

Os escravos eram quase 50% da população. Muitos deles ocuparam posições de destaque na educação dos jovens atenienses e nas realizações intelectuais.

### c) Características da democracia ateniense: a desigualdade e a discriminação dos estrangeiros e das mulheres

A sociedade ateniense era formada por cidadãos, mas também por estrangeiros e escravos. Os cidadãos e as suas famílias representavam apenas metade da população.

Em Atenas, os cidadãos eram os homens livres filhos de mãe ateniense que gozavam o direito de governar a cidade. Não excediam, nessa época, os 40 000 indivíduos. Só eles podiam possuir terras no solo da Ática (a península da Grécia continental onde se situava a cidade de Atenas) e eram geralmente essas terras a sua principal fonte de rendimentos. A partir da época de Péricles (século V a.n.e.), altura em que os cargos públicos começam a ser remunerados, grande parte dos cidadãos passa a ocupar-se quase permanentemente da vida política, que é então considerada a actividade mais digna. Por esse motivo, com frequência, começam a desprezar o trabalho e até os próprios negócios.

A produção e o comércio que permitiam a prosperidade de Atenas eram assegurados sobretudo pelos estrangeiros (ou “metecos”). As suas actividades iam desde o humilde artesanato aos negócios mais rentáveis. Os metecos

## 3.2. As civilizações mediterrânicas

da Itália e a Sicília) – foram as primeiramente ocupadas. Nelas prosperaram importantes cidades-estados, em especial na Magna Grécia, como por exemplo, Siracusa ou Tarento.

### b) O comércio no Mediterrâneo

A principal actividade económica dos Gregos era a agricultura. No entanto, a infertilidade dos solos levou-os a dedicarem-se a actividades comerciais: das colónias importavam os cereais que trocavam pelos excedentes de vinho e azeite da metrópole. Estimuladas pelo comércio, desenvolveram-se as indústrias de construção naval, de fabrico de cerâmicas, de armas e outros objectos metalúrgicos – todos estes produtos eram, por sua vez, objecto de exportação.

Este desenvolvimento económico levou a que a Grécia passasse, portanto, a precisar de mais matérias-primas e novos mercados para sustentar a expansão da sua economia. É esse factor que explica a fundação de feitorias e colónias de tipo comercial por toda a orla do Mediterrâneo e que permitiu aos gregos atingir a hegemonia em todo o Mediterrâneo Oriental.

### 3.2.1.6. A religião, a arte e o contributo literário e científico dos Gregos para a Humanidade

#### a) A religião

Os Gregos eram politeístas e acreditavam que os seus deuses dirigiam os destinos do mundo e dos homens. Nesse aspecto, a religião grega assemelhava-se à de outros povos da Antiguidade, tal como a egípcia.

A religião grega formou-se ao longo de séculos a partir de tradições cretenses e indo-europelas. No século VIII a.n.e., os grandes poetas Homero e Hesíodo recolheram os velhos mitos sobre os deuses e heróis e, com prodigiosa imaginação, conceberam um vasto sistema mitológico que passou a fazer parte das crenças colectivas. Mais tarde, outros poetas, pintores e escultores continuaram a modificar e acrescentar essas mitos.

#### ESCLARECENDO

**Homero** (século VIII a.n.e.) e **Hesíodo** (séculos VIII–VII a.n.e.) foram grandes poetas e mitólogos gregos.

**Homero** foi o autor dos grandes poemas épicos "Iliada" e "Odisseia".

### 3.2. As civilizações mediterrânicas



Fig. 11. O santuário de Delfos.

e pelos sacerdotes, que se prestava nos templos em honra dos deuses protectores da cidade. Em Atenas, por exemplo, veneravam-se particularmente Atena e Dioniso, aos quais dedicavam imponentes festividades: a "Procissão das Panateneias" e as "Grandes Dionisiacas".

Finalmente, o culto celebrado nalguns santuários da Grécia – como o de Zeus em Olimpia, ou o de Apolo em Delfos (fig. 11) – atraiu a população de todo o mundo helénico. Este culto pan-helénico (*pan* = "todo", ou seja, culto de todos os helenos) permitia ultrapassar os particularismos religiosos de cada uma das cidades, constituindo um dos mais fortes laços de união entre os Gregos.

Prestava-se culto aos deuses para solicitar a sua protecção, os seus favores e até os seus conselhos. Efectivamente acreditava-se que os deuses transmitiam mensagens aos mortais, falando pela boca de sacerdotes inspirados. Essas mensagens que profetizavam o futuro eram chamadas "oráculos". Foi precisamente a fama dos oráculos de Apolo pronunciados por uma estranha sacerdotisa, a Pítia, que gerou a grande devoção em torno do santuário de Delfos.

A crença profunda no sobrenatural estava igualmente presente no culto dos mortos e em certos cultos populares secretos – os mistérios – ligados a Deméter, a deusa da vegetação, e às divindades infernais. Os fiéis ao culto dos mistérios confiavam na libertação da alma após a morte e na felicidade extraterrena.

#### b) A arte

De todas as obras que os génios gregos nos deixaram em herança, é a sua arte que mais nos impressiona, em virtude da perfeição das linhas, do equilíbrio de proporções e da riqueza decorativa.

A arte grega atingiu um elevado grau de desenvolvimento na arquitectura, na escultura e na cerâmica.

Depois de uma lenta evolução, foi nos séculos V e IV a.n.e. que a arte grega atingiu o seu mais alto grau de perfeição. Essa altura ficou conhecida como Período Clássico, assim chamado porque as suas obras se tornaram um modelo para os artistas de épocas posteriores. Observando as gravuras das páginas seguintes, poderás apreciar o elevado grau de perfeição que atingiu a arte na Grécia de então.

### 3.2. As civilizações mediterrânicas

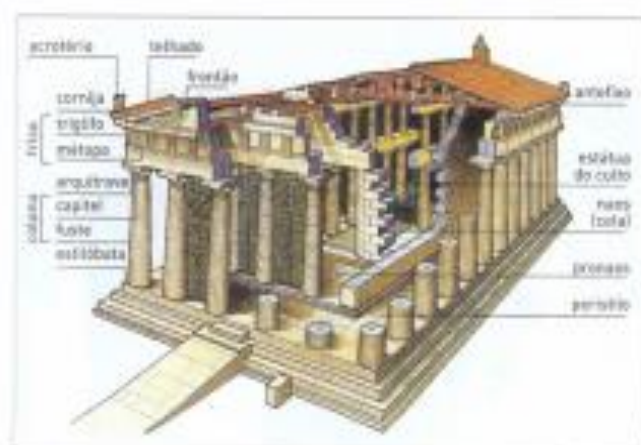


Fig. 12. Reconstituição de um templo grego.

Os templos gregos eram geralmente edifícios de planta rectangular com um telhado de duas águas. O elemento básico da construção é a coluna, sobre a qual assentam os elementos que sustentam a cobertura. Em geral, as colunas rodeiam completamente as paredes do edifício, formando um recinto coberto – o peristilo. A fachada é embelezada pela colunata, o entablamento e o frontão. Trata-se, pois, de uma construção simples, cujas dimensões, embora por vezes imponentes, nunca são excessivamente grandiosas.

A beleza que nos transmitem os templos gregos provém, em primeiro lugar, da extraordinária harmonia de proporções e do equilíbrio do conjunto. No entanto, deve-se também à delicadeza da decoração. A ordem dórica (fig. 13), mais sóbria e severa, é de certo modo mais pesada; a ordem jónica (fig. 14), mais elegante, apresenta maior riqueza de ornamentação. As suas variantes posteriores, centraram-se na dimensão e forma das colunas, assim como nas características do entablamento. Porém, acima de tudo, estas duas ordens distinguem-se pela natureza harmoniosa das proporções.

Se a arquitectura é a expressão perfeita do equilíbrio e da ordem, a escultura é o mais vivo exemplo do humanismo grego. Os escultores gregos percorreram um longo caminho de experiências antes de atingirem o domínio técnico dos séculos V e VI a.n.e. As estátuas do Período Arcaico – jovens atletas nus ou raparigas vestidas com túnicas pregueadas – são rígidas, sem naturalidade, assemelhando-se às obras de escultura egípcias (vê a fig. 15, na pág. seguinte).

A arquitectura grega estava ligada à vida religiosa e cívica. Além de teatros e estádios, os gregos construíram muitos templos. Observa atentamente a figura 12. Como vês, os templos gregos eram geralmente edifícios de planta rectangular com um telhado de duas águas. O elemento básico da construção é a coluna, sobre a qual assentam os elementos que sustentam a cobertura. Em geral, as colunas



Fig. 13. Ruínas do templo dórico de Apolo, em Posidónia.



Fig. 14. Ruínas do templo jónico de Atena Niké, em Atenas.



### 3.2. As civilizações mediterrânicas



Fig. 15. Reconstituição de duas estátuas gregas típicas do Período Arcaico – um kouros (ou figura masculina, à esquerda) e uma kore (ou figura feminina, à direita). É visível nelas uma rigidez próxima do estilo egípcio.



Fig. 16. O Pártenon, na Acrópole de Atenas.

No Período Clássico, o génio do escultor Píclides (490–417 a.n.e.), a quem Péricles encargou a decorar o Pártenon – o templo dedicado a Atena – considerado o maior da ordem dórica no mundo grego (fig. 16) – alcançou uma plenitude admirável. Podes admirar alguns dos seus baixos-relevos nas figuras 17 e 18, em baixo.

Em Fídias, tal como em Míron (fig. 19) e outros escultores do século V a.n.e., conjugam-se simultaneamente o naturalismo e o idealismo no tratamento das formas humanas. As suas estátuas representam o homem na sua verdadeira natureza, mas elevada ao mais alto grau de perfeição. Quer dizer, não refletem a realidade tal qual ela se nos apresenta, com todas as suas variações e deficiências. Procuraram antes encontrar o tipo mais puro da beleza humana, harmoniosa e sereno, quase divino. No século IV a.n.e., com Praxíteles (figs. 20 e 21), a escultura enriquece-se com mais delicadeza e movimento, embora se perca algum equilíbrio do período anterior.



Figs. 17 e 18. Alguns dos baixos-relevos de Fídias no Pártenon de Atenas (c. 438 a.n.e.).

## 3.2. As civilizações mediterrânicas

No que toca a estética, a Grécia deixou-nos o exemplo de uma arte à medida do homem. O mesmo aconteceu em todas as outras manifestações da cultura grega. Estavam nelas presentes as características essenciais que definem o espírito helénico: o humanismo (enaltecimento e valorização do homem); o racionalismo (confiança na razão e procura da verdade através da reflexão e do debate de ideias); e o amor pela harmonia e pela beleza.

### 3.2.1.7. O declínio da civilização grega

#### a) A Guerra do Peloponeso (431–404 a.n.e.)

As causas principais desta guerra foram as profundas diferenças sociais, políticas e culturais entre Atenas e Esparta, assim como o choque de interesses imperialistas entre estas duas cidades. Atenas dominava uma associação de cidades-estados chamada Confederação de Delos. Esparta, através da Liga do Peloponeso, liderava também outras cidades e pretendia ter hegemonia sobre o mundo grego.

Após 27 anos de lutas interrompidos por uma pequena trégua, Atenas foi finalmente derrotada, dando lugar à hegemonia espartana. Foi o fim da democracia de Atenas, que fica submetida aos espartanos.

A hegemonia espartana durará, porém, pouco tempo. A ela segue-se a hegemonia Tebana, que também foi de curta duração.

Em 338 a.n.e., enfraquecidos pelas guerras internas e derrotados na batalha de Queroneia, os Gregos foram finalmente conquistados por Filipe II, rei da Macedónia, um território localizado a norte da Grécia.

#### b) A Macedónia

##### Características gerais

A Macedónia é uma região localizada a norte da Grécia que até ao século IV a.n.e. vivera praticamente isolada. Governada por um rei aristocrata, tinha uma economia baseada na pecuária. Grande parte da sua população estava submetida à escravidão doméstica.

A partir do século IV a.n.e., durante o reinado de Filipe II, a Macedónia conheceu profundas mudanças. Filipe II estivera preso alguns anos na cidade grega de

### 3.2. As civilizações mediterrânicas

uma nova vaga de indo-europeus, desta vez conhecedores da metalurgia do ferro. Entre esses povos (geralmente conhecidos por Itálicos) contam-se os **Latinos**, os **Sabinos**, os **Samnitas** e os **Úmbrios**. Os Latinos fixam-se na margem sul do Tibre, numa região que depois tomou o seu nome: o **Lácio**. Os Latinos dedicavam-se, como os restantes povos itálicos, à agricultura e à pastorícia.



Fig. 2. Uma paisagem actual do Norte de Itália, próximo de Génova, na acidentada costa do mar Tirreno.

No século VIII a.n.e., encontrava-se estabelecido na região ao norte do rio Tibre um outro povo – os **Etruscos**. A sua origem não é muito clara, mas pensa-se que terá derivado da fusão de populações locais com outras provenientes do Médio Oriente, talvez das proximidades da Mesopotâmia.

Pela mesma época (século VIII a.n.e.), no Sul de Itália e na Sicília, os **Gregos** fundam várias colónias que, no seu conjunto, formam a **Magna Grécia**, ou Grande Grécia. É importante ter bem presente esta proximidade dos Gregos, cuja influência, primeiro sobre os Etruscos e depois sobre os Romanos, vai ser fundamental para o desenvolvimento da civilização destes povos.

#### c) Actividades económicas

Roma baseava-se numa economia escravagista e mercantil. Até ao século III a.n.e., a vida económica de Roma e de Itália assentava, fundamentalmente, na exploração da terra através de pequenas unidades agrícolas, nas quais predominavam o cultivo dos cereais, da vinha, da oliveira e dos legumes. A indústria limitava-se ao trabalho dos metais, à cerâmica e pouco mais. O comércio não era ainda muito intenso.

Ao longo do século III a.n.e., porém, inicia-se uma actividade comercial cada vez mais dinâmica, quer no interior da própria Itália quer com algumas regiões do Mediterrâneo. Pouco a pouco, a primitiva economia agropecuária dos Romanos vai-se transformando numa economia monetária, mercantil e urbana, cada vez mais dependente do **trabalho escravo**. Com a conquista de vastos territórios por Roma e o desenvolvimento comercial das regiões submetidas, começam a afluir



### 3.2. As civilizações mediterrânicas

dos mais antigos habitantes de Roma (o nome "patricio" deriva de *pater*, que em latim significa "pai", "chefe de família"). Estes eram uma aristocracia privilegiada e dispunham das melhores terras e do poder político. Em oposição, a **plebe** (os plebeus) era formada pelos membros das tribos conquistadas pelos Romanos, e incluía pequenos proprietários agrícolas, artesãos, comerciantes, etc. Nos primeiros tempos da República, os plebeus não possuíam quaisquer direitos políticos e estavam afastados do exercício dos cargos públicos – isto é, não tinham acesso às magistraturas e, muito menos, ao Senado.

Cedo se inicia uma longa luta da plebe pela obtenção de direitos civis e políticos. Ainda no século V a.n.e., os plebeus obtêm o direito de eleger magistrados próprios, os **tribunos da plebe**, cuja função era a defesa dos interesses da classe popular. Também pela mesma altura, a plebe consegue impor ao patriciado a obrigatoriedade de as leis passarem a ser escritas e obtêm o direito aos casamentos mistos.

Nos séculos seguintes, através de uma luta longa, a plebe acaba por obter o direito de ascender aos principais cargos públicos e, finalmente, ao próprio Senado. O êxito da plebe só é explicável pela situação de guerra expansionista, em que os plebeus eram indispensáveis como soldados.

Todavia, a expansão veio acentuar as diferenças económicas na sociedade romana. Os patricios, assim como uma minoria de plebeus enriquecidos, foram os que mais beneficiaram com o enorme afluxo de escravos, cereais e metais preciosos. Além disso, estes apropriaram-se de parte substancial das terras conquistadas, formando grandes latifúndios cultivados por legiões de escravos.

Entretanto, a plebe rural romana e de Itália sofreu grandes prejuízos com as guerras de conquista: como os camponeses eram geralmente mobilizados por muito tempo, as suas terras ficavam abandonadas; quando regressavam, a recuperação dos campos exigia quase sempre trabalho e despesas que eles já não tinham condições para efectuar. Por outro lado, para os pequenos proprietários de Itália, a abundância de cereais baratos vindos das províncias não lhes permitia competir com os baixos preços. Assim, sobretudo ao longo dos séculos II e I a.n.e., muitos camponeses endividaram-se e perderam as terras a favor dos grandes senhores latifundiários. Grande número de elementos da plebe rural emigrou então para Roma, indo engrossar a plebe urbana.

Porém, nas cidades, a situação da plebe não era melhor do que no campo. Não havia empregos porque a mão-de-obra escrava tornava o trabalho dos plebeus

## 3.2. As civilizações mediterrânicas

Deuses gregos	Deuses romanos	Atribuições
Zeus	Júpiter	Céu, tempestade
Hera	Juno	Casamento
Poseidon	Neptuno	Mar
Deméter	Ceres	Colheitas
Hades	Plutão	Inferno
Atena	Minerva	Sabedoria
Apolo	Apolo	Sol, artes
Artemis	Diana	Lua, caça
Eros	Vênus	Beleza, amor
Ares	Marte	Guerra
Hefesto	Vulcano	Artesãos
Hermes	Mercúrio	Comércio
Héstia	Vesta	Lar

Fig. 13. Quadro de equivalências entre os deuses gregos e romanos.

A religião romana tradicional, pouco interiorizada, deixava em muitas pessoas uma certa frustração e o desejo de se entregarem a manifestações religiosas mais espiritualizadas. Não admira, portanto, que comesçassem a ter êxito em Roma os novos cultos de mistérios relacionados com religiões mais complexas provenientes do Oriente. Sobretudo nos últimos tempos do Império, ganharam muitos adeptos os cultos de divindades orientais, como Ísis (do Egito) e Mitra (da Pérsia). No século I, uma nova religião vinda também do Oriente propagou-se por todo o Império – tratava-se do Cristianismo, cujo nascimento e difusão estudará seguidamente.

### 3.3.2.7. O Cristianismo – das origens à sua proclamação como religião do Estado Romano

O nome “Cristianismo” tem a sua raiz em Cristo. Jesus Cristo nasceu numa das províncias do Império Romano, a Judeia, no tempo de Octávio César Augusto.

Os Judeus, ou Hebreus, eram um povo de pastores e agricultores de origem semita que desde o II milénio a.n.e. se tinham instalado nas terras junto ao rio Jordão. Na Antiguidade tornaram-se o único povo que praticava uma religião monoteísta, ou seja, que acreditava num único deus – Javé, ou Jeová.

Os princípios mais importantes do Judaísmo encontram-se registados no “Antigo Testamento” da Bíblia.

O povo Hebreu acreditava que um dia chegaria um enviado de Deus para o



Fig. 14. Retrato de Jesus Cristo num fresco de Pietro Cavallini (século XIII).

## 5.2. Conteúdo e consequências das migrações Bantu

A difusão da metalurgia do ferro na África a sul do Equador esteve intimamente ligada às migrações Bantu.

### SABES?

- 1 – Designou-se com o termo “Bantu” um grupo de línguas africanas que têm grande afinidade entre si e que utilizam a palavra “ntu” para designar a pessoa humana.
- 2 – A palavra “bantu” é plural de “ntu” e significa *homens*.
- 3 – As línguas bantu são actualmente faladas por cerca de oitenta milhões de africanos.

### ESCLARECENDO

Os Bantu não constituem um grupo homogéneo, mas apenas um conjunto de populações que fala línguas muito semelhantes.

No princípio da nossa era, e a partir desse núcleo inicial, os Bantu ter-se-ão expandido para sul e atravessado a barreira da floresta equatorial ao longo das linhas de mais fácil penetração, seguindo o curso dos rios Ubangui e Congo.

A arqueologia mostra como essa expansão de povos conhecedores do ferro e praticando a agricultura se estendeu rapidamente a toda a região que vai do actual Shaba aos Grandes Lagos, e para sul até à Zâmbia actual.

Estas deslocações, apesar de terem conduzido a uma dispersão rápida, devem ter sido graduais e sem um carácter de invasão, obedecendo a causas complexas e variadas.

Aquando da fundação do Reino do Kongo, já os Mbundu, um povo Bantu conhecedor da metalurgia do ferro, se tinham fixado no norte do actual território angolano. A utilização de ferro, o aumento da produtividade do trabalho agrícola, a possibilidade de desbravar mais facilmente as florestas e o cultivo de novas plantas contribuíram para melhorar os recursos alimentares dos Bantu, permitindo o aumento da população. Este facto terá obrigado as comunidades demasiado populosas a fragmentarem-se, partindo algumas famílias em busca de novas terras.

As regiões para onde os Bantu se expandiram estavam já ocupadas por povos caçadores-recolectores: Pigmeus na zona equatorial e Khoisan mais para sul.

#### 5.4. As principais formações estatais da Idade Média em África

certa fragilidade, mas que procuravam, no entanto, fortalecer-se perante a interferência crescente dos Portugueses; as tradições orais, conservadas hoje pelas famílias descendentes dos antigos chefes; e as fontes materiais, como monumentos, utensílios etc.

##### **Origem do reino do Kongo**

O primeiro estado Bantu a ser formado na costa ocidental de África foi o reino do Kongo. Este reino foi fundado no século XIII por Ntinu Wene (Ninimi-a-lukeni), que era o chefe do grupo de emigrantes Bakongos. Todas as tribos e todos os clãs reuniram-se em volta desse chefe e formaram o reino do Kongo, que tinha como capital Mbanza Kongo.

O reino do Kongo era muito poderoso e bem organizado, detendo uma economia notavelmente desenvolvida. A agricultura e o artesanato estavam muito avançados.

##### **Estado e organização política**

Por volta de 1482, o reino do Kongo gozava de uma hegemonia incontestável sobre os Estados costeiros da África Central. A sua organização política pode considerar-se como um bom exemplo das estruturas políticas vigentes nos reinos do litoral.

As aldeias eram a base da estrutura política do Kongo, e a sua direcção estava entregue aos nobres que transmitiam hereditariamente essa função.

A nível superior encontravam-se os distritos, dirigidos por um governador de província, o mani, que era nomeado por vontade do soberano. Os mani eram geralmente seus parentes próximos e, além das tarefas administrativas, exerciam a justiça. A principal função desta hierarquia administrativa era a recolha do tributo.

Na capital do reino, um grande número de funcionários preenchia funções específicas de administração, inspecção de finanças, etc. Em regra, eram membros da aristocracia.

O rei era eleito vitaliciamente por um colégio composto por nove ou doze membros. Quando o rei morria, a corte dividia-se geralmente em duas facções que

### Anexo - 3

**Quadro - 6: Organização dos termos no glossário e suas ocorrências nos segmentos de textos do manual de História da 7.<sup>a</sup> classe do I ciclo.**

<b>Termos</b>	<b>Ocorrências dos enunciados no manual.</b>	<b>Definição no Glossário</b>
Arquitetura	“A requintada <b>arquitetura</b> que desenvolveram permitiu a construção de grandes cidades ...” (pág. 52).	Arte de construir edifícios. Podem distinguir-se a arquitetura civil (construção de casas, palácios, pontes, etc.), a arquitetura militar (construção de castelos, fortalezas, etc.) e a arquitetura religiosa (construção de templos, túmulos, etc.).
Artesão	“ ... muitos <b>artesãos</b> especializados: metarlúgicos, ourives, tecelões, ceramistas, pedreiros e artistas ...” (pág. 55).	(O mesmo que artífice) pessoa especializada num ofício ou numa determinada arte manual. Tanto pode exercê-la por conta própria (isto é, sendo proprietária das ferramentas com que trabalha e de uma pequena oficina) como por conta de outrem.
Bípede	“ ... um ser <b>bípede</b> , erecto dotado de mãos hábeis...” pág. 28	Designação de um animal que se desloca utilizando os dois pés.
Cabotagem		Navegação ao longo da costa e dos portos costeiros de um país ou região.
Canibal	“Provavelmente praticou o <b>canibalismo</b> , mas é com ele que se encontram as primeiras provas de sepultamentos...” pág. 29	Pessoa selvagem que come carne humana.
		Separação provocada pela recusa de reconhecer uma autoridade estabelecida. Em

Cisma	Não localizada nos textos.	matéria de religião o cisma distingue-se da heresia na medida em que o primeiro se relaciona com a autoridade ou disciplina, enquanto a segunda é uma ruptura por divergência de doutrina.
Clã	“ A agregação social assente neste tipo de relações de parentesco chama-se <b>clã</b> .” pág. 41	Conjunto de famílias com um antepassado comum e que se sentem socialmente solidarizadas por esse vínculo.
Córtex (cerebral)	“ ... não só se pode dilatar a cavidade <b>cerebral</b> , como se reduz o peso dos maxilares ...” Pág. 31	Substância cinzenta que forma a maior parte do cérebro.
Democracia	“ A <b>democracia</b> floresce e é notável o seu esplendor intelectual ...” pág. 74.	Sistema político que faz residir a fonte de soberania no conjunto da população (ou seja, o povo), sem qualquer tipo de discriminação. Um partido democrático subscreve este tipo de sistema político.
Diáspora (do grego, “dispersão”)	Não localizada nos textos.	Este termo utiliza-se especialmente para designar as comunidades dispersas pelo mundo.
Dinastia	“ Império Antigo -- 1 <sup>a</sup> à 12 <sup>a</sup> <b>dinastia (3500 a 2000 a.n.e.)</b> ” “ A <b>dinastia</b> Tcheu ...” págs. 57 e 69.	Conjunto de soberanos de uma mesma família e que transmite o poder de geração à geração

Economia	<p>“...continuava a ser a base da <b>economia</b>, mas houve paralelamente um grande desenvolvimento...”</p> <p>“... tinha uma <b>economia</b> baseada na pecuária” págs. 69 e 98</p>	Conjunto das actividades humanas relacionadas com a produção, distribuição, consumo e aproveitamento de bens e serviços.
Emigração	<p>“...que era o chefe do grupo de <b>emigrantes</b> Bakongos.” pág. 174.</p>	Os emigrantes são os habitantes de um país que deixam a sua região ou Estado para ir viver noutra região.
Esclavagista	<p>“... a democracia ateniense assentava ainda num sistema <b>esclavagista</b>...” pág. 74.</p>	Partidário ou partidária da prática da escravatura.
Escultura	<p>“...um elevado grau de desenvolvimento na arquitectura, na <b>escultura</b> e na cerâmica.” pág. 92.</p>	A arte plástica cujo meio de expressão é o volume e a forma; arte de esculpir; obra esculpida.
Hieróglifo	<p>“ A escrita egípcia utilizava centenas de sinais - os <b>hieróglifos</b> – que os escribas aprendiam...” pág. 60.</p>	Sinal desenhado usado na antiga escrita egípcia para representar uma palavra ou ideia.
Hipogeu	<p>“Estes novos túmulos escavados na própria rocha são chamados <b>hipogeus</b>.” pág. 65.</p>	Escavação subterrânea usada para depositar os mortos. Os hipogeus foram especialmente utilizados pelos Egípcios

Hominídeos	“Outros <b>hominídeos</b> mais recentes receberam o nome de <i>Homo habilis</i> ...” pág. 28.	Família de mamíferos primatas (Homo) de que a única espécie sobrevivente é o ser humano.
Hominização	“... a adquirirem características sucessivamente mais próximas do homem actual é designado por <b>hominização</b> .” pág. 28.	O lento processo de evolução física e intelectual do ser humano, desde a sua fase mais primitiva ao actual estágio de desenvolvimento.
Hoplita	“O exército espartano era formado por <b>hoplitas</b> , cujo armamento consistia em capacete...” pág. 84.	Soldado de infantaria da Grécia Antiga que combatia revestido de uma pesada armadura.
Humanismo	“... a escultura é o mais vivo exemplo do <b>humanismo</b> grego.” Pág. 93.	Doutrina centrada nos interesses e valores humanos; teoria que defende a dignidade do ser humano como valor absoluto; movimento que teve início no Renascimento e se caracterizou pela valorização do espírito humano, associada a uma atitude individualista e inquiridora inspirada pela redescoberta das obras e textos da Antiguidade.
Idealismo	“...o naturalismo e o <b>idealismo</b> no tratamento das formas humanas.” pág. 94.	Tendência para apresentar a realidade segundo um modelo de perfeição.



Ideográfica (escrita)	“...e à representação de ideias e de sons (fase <b>ideográfica</b> ).” Pág. 60.	Representação directa das ideias por imagens, sinais ou perfeição.
Iguais	“ Os únicos cidadãos eram os Espartanos, ou <b>Iguais</b> .” Pág. 83.	Pessoas da mesma categoria ou condição social.
Imigrante	Não localizada nos textos.	Pessoa que entra num país estrangeiro para aí se estabelecer.
Imortalidade	“ ... acreditavam na <b>imortalidade</b> da alma.” pág. 62.	Condição de imortal; que há-de durar para sempre; a vida eterna
Imposto	“ ... possuía ainda outros conhecimentos relativos à administração, aos <b>impostos</b> , etc.” Pág. 59.	Tributo, contribuição financeira que o Estado exige das pessoas singulares e que pode incidir sobre remunerações, honorários e outros rendimentos, assim como a aquisição de imóveis ou determinados bens móveis, como artigos de luxo, etc. Quando é exigido de pessoas colectivas (geralmente empresas), incide sobretudo sobre os respectivos lucros.
Impostos	“ Os cobradores de <b>impostos</b> visitavam regularmente as propriedades para recolher os tributos.” Pág. 59.	Somas de dinheiro (ou género) que os habitantes de um país ou região são obrigados a pagar aos senhores, ao rei, ao Estado ou aos órgãos de administração local. Modernamente, são os impostos que permitem ao Estado administrar os serviços públicos e renovar os equipamentos colectivos.
Indígenas (literalmente, “nascidos no interior” )	Não localizada nos textos.	Diz-se dos habitantes originários de uma determinada região, por oposição aos invasores ou colonos que nela se instalam vindos de outras regiões.

Jacente (está tua)	Não localizada nos textos.	Que jaz, estátua esculpida sobre o túmulo de determinada personagem e que a representa.
Latifúndio	“... formando grandes grandes <b>latifúndios</b> cultivados por legiões de escravos.” pág. 107.	Propriedade agrícola de grande dimensão.
Magistrado	“... que delegavam os seus poderes num <b>magistrados</b> ou governador chamado <i>ens</i> ou <i>en</i> .” pág. 52.	Pessoa investida de autoridade administrativa numa determinada cidade ou estado.
Mercantil	“Roma baseava-se numa economia escravagista e <b>mercantil</b> .” Pág. 103.	Relativo a mercadores ou mercadorias; que pratica o comércio; interesseiro, ambicioso, especulador.
Meteco	“... a prosperidade de Atenas eram assegurados sobretudo pelos estrangeiros (ou <b>“metecos”</b> ).” Pág. 87.	Nome dado pelos Atenienses a um estrangeiro autorizado a residir na antiga Atenas.
Micénica (civilização)	“... tendo-se notabilizado a civilização de <b>Micenas</b> pelos seus belíssimos palácios ...” pág. 72	Civilização grega da antiguidade (séculos XIX à V a.n.e.) que se desenvolveu a partir da cidade de Micenas.
Migração	“...na África a sul do Equador esteve intimamente ligada às <b>migrações Bantu</b> .” Pág. 156	Deslocação temporária ou definitiva de qualquer tipo de populações de uma região para outra.

Mitologia	“ ... conceberam um vasto sistema <b>mitológico</b> que passou a fazer parte das crenças colectivas.” pág. 90.	Conjunto de lendas referentes a determinada cultura ou civilização.
Monarquia	“ Nas cidades-estados, a primeira forma do governo que vigorou foi a <b>monarquia</b> .” Pág. 80.	Estado em que o chefe supremo é um monarca (rei); forma de governo em que o poder supremo é exercido por um monarca. “ Monarquia absoluta ” é a forma de governo na qual todo o poder está concentrado no monarca. “ Monarquia constitucional ” é a forma de governo na qual o poder do monarca é limitado por uma constituição.
Monetário	“ as primeiras trocas de carácter <b>monetário</b> (cauris e objectos de bronze serviam de moeda).” pág. 69.	Relativo a moeda.
Monocultura	Não localizada nos textos.	Sistema de cultivo das terras assente numa produção ou cultura largamente dominante (opõe-se à policultura).
Monoteísmo	“ Na Antiguidade tornaram-se o único povo que praticava uma religião <b>monoteísta</b> ...” pág. 119.	Religião baseada na crença num único Deus.
Oligarquia	“... surge uma nova forma de governação: a <b>oligarquia</b> , na qual o	Forma de governo em que o poder está nas mãos de um pequeno número de indivíduos ou de uma família poderosa.

	poder está nas mãos de uma minoria” pág. 81.	
Paleolítico	“ No <b>paleolítico</b> superior, a raça dos homens de Neandertal desaparece...” pág. 29.	Período da pré-história, também chamado “da pedra lascada” devido à utilização de instrumentos fabricados com pedra talhada.
Papiro	“ ... os egípcios usavam também o <b>papiro</b> - uma espécie de papel feito com fibras...” pág. 60.	Um tipo de cana que crescia nas margens do Nilo. Na Antiguidade utilizava-se a sua haste para a cestaria. Descascando a haste e colando as tiras obtidas confeccionava-se uma folha na qual se podia escrever.
Pictográfico	“ ... começou pela simples representação dos objectos (fase <b>pictográfica</b> )...” pág. 60.	Ideográfico; respeitante a ideografia; representação das ideias por imagens ou símbolos.
Polaina	“Todos usavam também <b>polainas</b> metálicas.” Pág. 84.	Peça de vestuário que protege a parte inferior da perna e a parte superior do pé, por fora e por cima do calçado.
Policultura	Não localizada nos textos.	Sistema no qual se praticavam várias culturas na mesma exploração agrícola.
Pólis (do grego)	“ Este período caracterizou-se pela formação das Cidades-Estados gregas ( “ <b>pólis</b> ” ).” Pág. 73	Cidade.
Politeísta	“ Acreditavam na existência de numerosos deuses, isto é , eram <b>politeístas</b> .” Pág. 61.	Pessoa que adora vários deuses.

Primatas	“Essa formação iniciou-se quando certos <b>primatas</b> , na sua luta pela adaptação ao meio...” pág. 28	Ordem de mamíferos que engloba o homem e os símios (macacos).
Racionalismo	“... o <b>racionalismo</b> (confiança na razão e procura da verdade através da reflexão e do debate de ideias)...” Pág. 98	Tendência para a valorização da razão humana como única fonte de conhecimento, não admitindo o que a razão não pode compreender.
Tirania	“O século VII a.n.e., vê nascer ainda um outro sistema: a <b>tirania</b> .” Pág. 81	Governo legítimo mas opressor, cruel e injusto, baseado apenas na autoridade do tirano.

